

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 107.4.51.O

DATA: 20/05/02

TURNO: Vespertino

TIPO SESSÃO: Ordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

HORA INÍCIO: 14h

HORA TÉRMINO: 18h38min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR(A) PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador	Dt. Devol.
14:38	PE	OSMAR TERRA	
14:58	GE	OSMAR TERRA	

Observações:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 107ª Sessão, em 20 de maio de 2002

Presidência dos Srs.
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

ÀS 14 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Aécio Neves
Efraim Moraes
Barbosa Neto
Severino Cavalcanti
Nilton Capixaba
Paulo Rocha
Ciro Nogueira
Pedro Valadares
Salatiel Carvalho
Enio Bacci
Wilson Santos



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) - Não havendo **quorum** regimental para abertura da sessão, nos termos do § 3º do art. 79 do Regimento Interno, aguardaremos até trinta minutos para que ele se complete.



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. AGNELO QUEIROZ, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) - Passa-se à leitura do expediente.

O SR., servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III - EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) - Finda a leitura do expediente, vai-se passar ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Agnelo Queiroz.



O SR. AGNELO QUEIROZ (Bloco/PCdoB-DF. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana será importante para a Câmara dos Deputados. A medida provisória do salário mínimo está obstruindo os trabalhos da Casa. Deveremos votar a referida medida e também dois projetos que considero importantes, os que tratam dos planos de cargos e salários dos servidores do Ministério Público Federal e do Poder Judiciário, projetos que têm sido profundamente debatidos nesta Casa.

Os servidores do Poder Judiciário estão em greve há duas semanas, o que traz prejuízo muito grande para a população. Esses trabalhadores não queriam fazer greve. Negociaram, insistiram, conversaram, enfim, trataram desse assunto por muito tempo. O Poder Judiciário e o Ministério Público encaminharam os mencionados projetos, que foram aprovados nesta Casa em todas as Comissões. Há consenso na Casa para sua aprovação, porque todos os Líderes assinaram os respectivos pedidos de urgência, mas, infelizmente, ainda não conseguimos aprová-los no plenário da Casa.

Existe uma negociação, coordenada pelo Líder do Governo, da qual participamos eu, os Deputados Walter Pinheiro, Paulo Rocha, Laura Carneiro e outros companheiros. Além disso, entidades ligadas ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, assim como representantes dos Poderes Judiciário e Executivo, através do Ministério do Planejamento, também estão participando dessas discussões, e, com isso, as negociações têm avançado.

Estamos agora num impasse que gostaria de dividir com todos os Parlamentares. A conclusão dessa negociação deve ter bom termo, o que acabaria, imediatamente, com a greve dos servidores do Poder Judiciário. Para isso é



necessário que o Governo sinalize com a concessão de um percentual para implantação do plano este ano. Sua proposta inicial foi de implantar o plano em quatro vezes, a partir de 2003.

Ora, os funcionários estão há sete anos sem reajuste salarial, e esses dois importantes setores da Administração Pública estão tendo grandes dificuldades para recompor seus quadros de pessoal. Não seria justo, portanto, que a implantação dos planos só ocorresse no ano de 2003.

Há esforço no sentido de os planos serem implantados ainda este ano. É o que estamos aguardando do Poder Executivo. Mesmo tendo o apoio do Congresso, faremos reunião amanhã, às 11h, com o Líder do Governo, com a participação de Parlamentares da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que nos podem auxiliar trazendo sugestões. Há todo um esforço da Casa, que faz um papel de intermediação.

Faço um apelo ao Executivo, a fim de que transija nesse ponto, implantando percentual dos planos ainda este ano. Isto feito, os servidores negociarão com o Executivo para ver como seria a complementação dos planos no ano seguinte à implantação.

Dessa maneira, Sr. Presidente, estamos otimistas quanto à conclusão da negociação já nesta semana, porque ela não pode se estender mais. Já estamos próximos do início do mês de junho, um mês complicado, pois teremos praticamente duas, no máximo três semanas de funcionamento da Casa. Por isso, faço este apelo aos companheiros de todos os partidos, para que colaborem nessa discussão, na mobilização da Casa em torno da aprovação dos planos de carreira do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal. E repito o apelo feito ao Poder Executivo,



para que transija no que diz respeito à implantação de parte dos planos ainda este ano, a fim de que a negociação chegue a bom termo.

Tenho certeza de que os servidores sairão de cabeça erguida desse episódio, mostrando que a sua mobilização, a sua luta, a sua paralisação deu certo; mostrando que sempre que os trabalhadores lutam, conseguem os objetivos. Essa é a idéia central do que estamos dizendo.

Naquela reunião tratou-se da solidariedade de vários segmentos da sociedade, de vários Parlamentares, de vários partidos. Fazemos esse apelo porque as cúpulas do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal, neste momento decisivo, esforçam-se para fechar essa negociação ainda esta semana, a fim de que os respectivos planos de carreira sejam aprovados. Esse é o esforço que tem de ser feito, e esta semana será integralmente dedicada à aprovação desses projetos.



**DISCURSO DO SR. DEPUTADO OSMAR TERRA QUE, ENTREGUE À
REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**



O SR. FRANCISCO RODRIGUES (PFL-RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, levantamento efetuado pelo Ministério da Defesa mostra que 30% do material de combate do Exército brasileiro encontra-se sucateado. Além disso, foi constatado também que um quinto de sua frota de caminhões tem mais de trinta anos de uso ininterrupto. Existem ainda outras graves necessidades daquela Força relacionadas a artilharia pesada, jipes e mísseis antiaéreos.

A situação é preocupante na medida em que carros blindados e de transporte de tropas sobre rodas encontram-se também no fim de sua capacidade útil.

Esses veículos, fabricados pela ENGESA nas décadas de 70 e 80, precisam de urgente substituição. Perfazem, no total, 650 Cascavéis e 1.200 Urutus.

Recentemente, o Congresso Nacional aprovou a liberação da primeira parcela de recursos financeiros para o Programa de Modernização do Exército, no valor de 232 milhões de dólares. Estima-se que serão liberados cerca de 670 milhões de dólares, num prazo de três anos. São números bem abaixo do que foi solicitado, cerca de 1 bilhão de dólares, o que gera certa inquietação e apreensão nas áreas de comando do Exército brasileiro.

Afinal, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no tradicional almoço de fim de ano, oferecido ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, S.Exa. ofereceu garantias de que 2002 seria o ano do Exército, na criação das condições necessárias para o desempenho de suas funções constitucionais.

Com efetivo total de 323.236 militares na ativa, nossas Forças Armadas precisam estar bem equipadas para o fiel e correto desempenho de suas funções, desde a defesa da soberania nacional, na atuação vigilante e protetora dos 15.719



quilômetros de nossas fronteiras, até à garantia dos Poderes constitucionais e manutenção da lei e da ordem. Para isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Exército brasileiro deve contar com o apoio necessário que permita a mobilização e prontidão requerida de seu efetivo de 197.126 homens. Um número reduzido, considerada a vasta extensão territorial de nosso País.

Durante o Governo do Presidente Ernesto Geisel, de 1974 a 1979, o Brasil destacou-se na produção de carros de combate, disputando, inclusive, concorrências internacionais. Essa participação gerou divisas, que trouxeram, à época, saldo positivo à nossa balança comercial.

Como seria de esperar, o excelente desempenho alcançado pela indústria bélica nacional gerou disputas acirradas com outros países, notadamente os Estados Unidos, e fomos sobrepujados pelas dificuldades então surgidas.

Agora, para que não se acentuem fragilidades visíveis, torna-se indispensável que o Governo brasileiro ofereça apoio e condições às nossas Forças Armadas, dando-lhes respaldo no cumprimento de suas atribuições.

O Exército brasileiro detém os direitos de fabricação do melhor carro de combate já projetado em termos militares: o Osório, que tanto sucesso alcançou em licitações internacionais. O que precisamos agora é oferecer infra-estrutura para reativar a fabricação do Osório e também de outros veículos que eram produzidos pela ENGESA e sobre os quais o Exército também detém direitos.

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sempre sensível às questões de nossa soberania, certamente está atento às graves dificuldades enfrentadas pelas Forças Armadas em função da carência de recursos. Fortalecer



nossas Forças Armadas é preservar a integridade do Brasil, é defender o direito de todos os brasileiros na manutenção de suas riquezas e de seu espaço territorial.

Sr. Presidente, como segundo tema deste meu pronunciamento gostaria de ressaltar, para que ecoe no Ministério dos Transportes e no DNIT, órgão que substituiu o DNER, a situação em que se encontra a BR-174, rodovia que precisa urgentemente de recuperação no trecho que liga Roraima ao Amazonas. É uma estrada nova, com menos de cinco anos de concluída, mas que está em condições deprimentes de tráfego. Já estamos esperando a hora de vê-la novamente transformada em estrada carroçável. Outra rodovia que precisa de urgente recuperação é a BR-210, que une os Municípios de Novo Paraíso e Caroebe, também no meu Estado.

Era este o registro que tinha a fazer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Convidamos o nobre Deputado Francisco Rodrigues a assumir a presidência dos trabalhos.

O Sr. Paulo Paim, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Rodrigues, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Francisco Rodrigues) – Dando continuidade ao Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar enfatizo a importância da sessão de amanhã, quando esta Casa deverá enfim votar a Medida Provisória nº 35, que trata da fixação do salário mínimo. Estamos lutando para estabelecer o valor de 100 dólares, estendendo o mesmo percentual a aposentados e pensionistas.

Sras. e Srs. Deputados, recebo críticas dos dois lados: por **e-mail**, alguns companheiros dizem não entender por que só 100 dólares. Quero dizer a eles que gostaria de aprovar o salário mínimo do DIEESE, de 1.100 reais, algo em torno de 400 dólares, mas não é esta a realidade do Brasil. Trata-se de uma proposta para longo prazo. Se o Congresso Nacional já tivesse aprovado nosso projeto apresentado em 1996, que tramita na Casa em regime de urgência urgentíssima, o salário mínimo hoje estaria em torno de 440 reais. Iniciaríamos com 100 dólares, depois concederíamos um acréscimo real de 44 reais por ano. Mas isso não aconteceu.

Outros nos criticam porque acham 100 dólares muito. Alegam que não se pode reajustar o salário de 200 reais para 250 reais, estendendo o mesmo percentual a aposentados e pensionistas. Ora, isso é possível sim. Podemos partir de um patamar de 180 reais e chegar aos 250 reais. Com um incremento de 44 reais ao ano, em oito anos atingiríamos o salário mínimo ideal.

Sr. Presidente, após a votação, amanhã, da Medida Provisória nº 35, estaremos abrindo espaço para a aprovação do plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público.



Como muito bem disse o Deputado Agnelo Queiroz, esses companheiros estão em greve há quinze dias. Na semana passada, houve em Porto Alegre um grande ato público dos funcionários do Poder Judiciário pela aprovação do plano de carreira.

Somos solidários a todos os servidores públicos, praticamente há sete anos sem reajuste. A implantação do plano de carreira ao menos atenua a lamentável situação desses trabalhadores, que fazem um movimento paredista para chamar a atenção da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal **Folha de S.Paulo** deste domingo publicou matéria referente às Comissões de Conciliação Prévia. A reportagem, sob o título “Acordo de Conciliação lesa trabalhadores”, denunciou o que há muito temíamos: os trabalhadores estão perdendo direitos.

As Comissões de Conciliação Prévia, instituídas pela Lei Federal nº 9.958, de 2000, são órgãos privados com a função de resolver conflitos individuais entre trabalhador e patrão. Essa função seria da Justiça do Trabalho. A partir da assinatura do termo de conciliação, o trabalhador perde o direito de recorrer à Justiça. Nossa posição, desde o princípio, foi totalmente contrária a essas Comissões. Os motivos são tão fortes e consistentes quanto aqueles que temos argumentado em relação às mudanças no art. 618 da CLT, Consolidação das Leis do Trabalho. Afinal, a realidade do trabalhador brasileiro não comporta tais mudanças.

As denúncias de juízes, trabalhadores e advogados revelam que essas Comissões estariam sendo usadas para fraudar direitos trabalhistas e arrecadar recursos. As verbas rescisórias — FGTS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço,



e férias —, direitos garantidos do trabalhador, estariam sendo discutidas e os contratos de trabalho quitados sem a homologação dos sindicatos ou das Delegacias Regionais do Trabalho, DRTs.

O trabalhador é o maior lesado, com ou sem as Comissões de Conciliação Prévia funcionando devidamente. Geralmente o empregado confunde as Comissões com as Delegacias Regionais do Trabalho e não é alertado sobre seus direitos. A maioria dos trabalhadores não conhece o que está assinando e acaba sendo envolvido em fraudes que lesam direitos adquiridos.

Ao invés de beneficiar o trabalhador e agilizar os processos, o intuito é terminar com a Justiça do Trabalho, único recurso verdadeiro de garantia dos direitos trabalhistas. Sabemos que há acúmulo de processos na Justiça do Trabalho, mas não é acabando com ela que vamos resolver este e outros conflitos.

Na época em que foi sancionada a referida lei, os partidos de oposição propuseram a inconstitucionalidade do art. 625–D, alegando restrição ao direito público subjetivo dos cidadãos de submeter à apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito decorrente da relação de emprego.

Após passados mais de dois anos da sanção da lei, o resultado é uma série de irregularidades encaminhadas ao Tribunal Superior do Trabalho. A ANAMATRA, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, encaminhou relatório ao Governo com irregularidades constatadas em comissões de cinco Estados: São Paulo, Amazonas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte.

Sr. Presidente, não queremos que essa questão continue a trazer prejuízos à maior parte dos trabalhadores e também ao movimento sindical. Por isso, estamos apresentando emenda à Lei nº 9.958, de 2000, que institui as Comissões de



Conciliação Prévia, para que o acordo só tenha validade com a homologação dos sindicatos e com o aval do advogado legalmente constituído pelo trabalhador.

Sr. Presidente, solicito a divulgação do meu pronunciamento no **Jornal da Câmara**, na **TV Câmara** e na **Rádio Câmara**.

Era esse nosso registro.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Francisco Rodrigues) - Vai-se passar ao

V - GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Osmar Terra, do PMDB, do Rio Grande do Sul.



**DISCURSO DO SR. DEPUTADO OSMAR TERRA QUE, ENTREGUE À
REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**



Durante o discurso do Sr. Osmar Terra, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Confúcio Moura, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Salatiel Carvalho, 2º Suplente de Secretário.



O SR. CONFÚCIO MOURA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (PMDB-RO. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei nesta Casa o Projeto de Lei nº 4.183/98, que trata da regulamentação do uso de semi-reboques em motocicletas, corrigindo assim o atual Código de Trânsito Brasileiro em seu art. 244 inciso VI.

Aprovado nas Comissões de Transportes e de Constituição e Justiça e de Redação por unanimidade, o referido projeto foi para o Senado, onde também recebeu aprovação unânime na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa. Porém, ainda não foi ao plenário por falta do relatório do competente Senador Romeu Tuma.

Acredito, Sr. Presidente, que o Senador Romeu Tuma, extremamente zeloso, aguarda pareceres técnicos do INMETRO. Mas, para felicidade deste Parlamentar, esses pareceres já foram emitidos, e posicionam-se pela aptidão das motocicletas para semi-reboques.

O que me fez tomar a decisão de apresentar esse projeto, Srs. Parlamentares, foi o fato de apoiar uma empresa da cidade de Ariquemes, Rondônia, que, pela sua capacidade de investimento continuado em pesquisa, produziu um modelo, consagrado hoje na região e de extrema utilidade.

Os semi-reboques da Tornearia Rondon são largamente usados em Rondônia e em vários Estados da Federação para entregas nos supermercados e farmácias e para a entrega domiciliar de leite nas fazendas e sítios. Em Ariquemes e em várias



idades de Rondônia, basta que se observe o movimento das ruas para se visualizar uma motocicleta e o seu respectivo reboque.

Em qualquer lugar do mundo seria feita a mesma coisa. O Congresso Nacional existe justamente para isso, para regulamentar todas as provocações da sociedade e para apoiar a iniciativa privada nos seus negócios e nas suas iniciativas, de forma tal que não se perca de vista o maior objetivo, que é o de possibilitar a criação de empregos em qualquer região, particularmente na Região Norte, que historicamente tem sido uma das mais pobres do País.

O SEBRAE e o SENAI têm investido há mais de quatro anos neste projeto, tanto na divulgação, em âmbito estadual e nacional, do produto de Ariquemes, como também levando-o a demonstrações em feiras e rodas de negócios nacionais e internacionais. Fizeram investimentos em aperfeiçoamento da qualidade dos semi-reboques através dos programas de qualidade para seus fabricantes.

O conjunto moto/semi-reboques é uma realidade inadiável no País. Há várias indústrias em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Tão logo o ilustre Senador Romeu Tuma produza o seu competente relatório e seja ele votado no plenário do Senado, o meu projeto de lei irá à sanção presidencial e será promulgado. Com isso, aumentarão as encomendas, por parte de empresas, pelos Correios e por empresas responsáveis por entregas rápidas, principalmente nas grandes cidades, que padecem das dificuldades de um trânsito cada vez mais difícil.

O meu projeto surgiu da realidade mais cristalina das ruas, da força das necessidades locais, da intuição de um empresário criativo e do apoio de toda a classe política do Estado de Rondônia e de instituições como SENAI e Federação



das Industrias de Rondônia, na pessoa do combativo e interessado presidente Júlio Augusto Miranda Filho.

Encerro, Sr. Presidente, pedindo ao Exmo. Sr. Senador Romeu Tuma que despache seu relatório para o plenário e conclamando os nobres Senadores a aprovarem a matéria, abrindo a porta a inúmeras empresas nacionais para bons negócios, propiciando também a oportunidade do uso de um equipamento seguro e de grande utilidade.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) - Dando seqüência ao Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Tadeu Filippelli, do PMDB, do Distrito Federal.

O SR. TADEU FILIPPELLI (PMDB-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade que estou tendo neste dia de dirigir-me aos nobres colegas e, ao mesmo tempo, ao povo de Brasília e à Nação. Falar da tribuna desta Casa é sempre uma honra e uma emoção muito grande e, também, uma oportunidade a mais para prestarmos contas de nossas realizações à sociedade e ao povo que nos elegeu.

Dois eventos importantes, cada um a seu modo e na sua dimensão própria, vão marcar este ano de 2002: os jogos da Copa do Mundo da Coréia e do Japão, onde teremos mais uma participação de nosso escrete, e as eleições, em diversos níveis, no dia 6 de outubro, quando todos nós estaremos ou disputando algum cargo, ou apoiando candidatos, ou defendendo nosso partido político, princípios e idéias.

No Distrito Federal não é nem poderia ser diferente. Os torcedores mais entusiasmados já se apresentam com a camisa da Seleção Brasileira e bandeiras nacionais. Ao mesmo tempo, políticos pré-candidatos às eleições de outubro já esquentam seus discursos e começam a apresentar armas. Muitos desses pré-candidatos, políticos de oposição ao atual Governo do Distrito Federal, estiveram ausentes, reclusos e silenciosos durante o período de três anos e quatro meses, provavelmente porque não tinham propostas concretas e viáveis para apresentar à sociedade brasiliense ou, talvez ainda, porque foram Governo no quadriênio anterior



e não souberam ou não tiveram capacidade para apresentar soluções aos problemas que afligem a sociedade moderna.

Agora, sim, é o momento ideal para que eles se apresentem com soluções mirabolantes e com críticas, na maioria das vezes, irresponsáveis e fantasiosas ao Governo local, provavelmente, por acreditarem que o povo brasiliense, imbuído pelo espírito de campeonato mundial, estará suscetível a digerir as falsidades que estão sendo proferidas em discursos e entrevistas a jornais, rádios e televisões.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as diferenças entre a atual administração do Governador Roriz e a do PT, que governou Brasília de 1995 a 1998, são gritantes e facilmente perceptíveis para todos os moradores do Distrito Federal, e podem ser constatadas nos altos índices de aprovação do atual Governo, em avaliações de desempenho feitas pelos mais diversos institutos de pesquisas de opinião pública. Mas esqueçamos as pesquisas, até porque, como dizem os analistas da matéria, elas refletem apenas determinado momento, embora esse instante, essa fotografia, digamos assim, tenha sido registrada em diversas ocasiões do Governo Roriz, desde o seu primeiro ano.

Passemos aos fatos, porque são eles que importam. Quando recebemos o Governo, em janeiro de 1999, deparamos com situação extremamente delicada. Herdamos uma dívida de 350 milhões de reais com fornecedores e de mais de 1 bilhão de reais com o Governo Federal. Como se recusava a fazer acordo com a União, o então “governo” do PT estava pagando, só de juros, 18 milhões de reais por mês.

Por se encontrar inadimplente, o Distrito Federal não tinha acesso aos organismos internacionais de financiamento e estava impedido de dar continuidade



às negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, iniciadas com sucesso em 1993, no Governo anterior de Joaquim Roriz. Tais negociações visavam à obtenção de financiamento de 130 milhões de dólares para obras de saneamento básico em várias regiões administrativas.

Renegociada a dívida com a União, recuperada a credibilidade do DF, passamos a ter condição de retomar as negociações com o BID. Tive a honra de ter sido designado coordenador desses trabalhos, pelo Governador Roriz. Essas negociações chegaram a bom termo, em junho do ano passado, com a assinatura do contrato em Washington.

Para se ter idéia da dimensão e da importância desse contrato, que envolve recursos da ordem de 260 milhões de dólares — 130 milhões de dólares do BID e contrapartida do GDF, de igual valor — basta mencionar que até o final de abril passado já havíamos executado quase 350 quilômetros de asfalto, mais de 165 quilômetros de redes de águas pluviais e cerca de 250 quilômetros de meios-fios, nas cidades de Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas e Riacho Fundo II.

Porém, as dificuldades de ordens financeira e administrativa não se limitavam ao calote dado à União e aos fornecedores locais. Diversas empresas do Governo do Distrito Federal enfrentavam dificuldades de caixa, algumas delas estavam, inclusive, sob ameaça de privatização.

O Banco de Brasília (BRB), só para citar um exemplo, acumulou prejuízos de 26 milhões de reais, no período de 1995 a 1998. Sob nova administração e orientação, o BRB já apresentou, no ano passado, lucro líquido de 34 milhões de reais, acumulando lucro de 57 milhões de reais no triênio da atual gestão.



Podemos dizer que, literalmente — sem risco de sermos acusados de fazer propaganda eleitoral antecipada —, podemos afirmar, sim, que o Governador Roriz tirou o BRB do vermelho e o resgatou definitivamente para o azul. Salvou a instituição do prejuízo, das ameaças de federalização, da bancarrota. O nosso Governo resgatou o BRB para o lucro e para o respeito aos clientes, aos acionistas e aos servidores.

A questão da dívida e da inadimplência teve repercussão muito forte também na obra do metrô. No início do Governo do Prof. Cristovam Buarque, do PT, a obra lançada em 1992, por Roriz, foi paralisada para que fosse submetida a profunda auditoria. Depois de mais de dois anos, a “profunda auditoria” concluiu que não existiam irregularidades na obra, que, portanto, deveria ser retomada.

Foi retomada, mas para nossa surpresa, quando assumimos o Governo, em janeiro de 1999, estava novamente paralisada. Desta vez, com dívida de quase 48 milhões de reais. O metrô não estava nos trilhos, como chegou a sugerir a propaganda petista nas eleições de 1998, embora Roriz, em 1994, segundo dados do BNDES, tenha entregado a obra com 75% dos serviços executados. Roriz cumpriu os compromissos assumidos, pagou as dívidas, retomou a obra do metrô e, em março do ano passado, entregou à população o primeiro trecho pronto e funcionando comercialmente. Na mesma ocasião, retomou a construção do segundo trecho e o metrô deverá chegar a Ceilândia ainda este ano.

O prejuízo, neste caso, não se deu apenas no âmbito financeiro, mas principalmente na qualidade de vida da população, no dia-a-dia dos trabalhadores. Esses, somente neste Governo, puderam contar com esse transporte seguro, confortável e barato.



Mas, Sr. Presidente, vamos deixar de lado as dificuldades financeiras e falar um pouco sobre questões sociais. Parece que esse é um tema muito caro ao PT apenas nos discursos, nas entrevistas e nos programas pré-eleitorais, principalmente durante as campanhas eleitorais do partido. No entanto, no Distrito Federal, ele sempre esteve muito distante da realidade.

Quantos hospitais o Governo anterior construiu? Nenhum. Muito pelo contrário, o Hospital do Paranoá, que já estava em construção, foi abandonado sob falsa e demagógica alegação de que a obra estava superfaturada. O Tribunal de Contas da União pronunciou-se contrário à denúncia e autorizou a retomada das obras. O Governador Roriz buscou verbas na área federal e concluiu o hospital, o que beneficiou população de 400 mil pessoas e ajudou a desafogar o atendimento médico-hospitalar do Plano Piloto.

No entanto, o Governo do Distrito Federal, tendo à frente da Secretaria de Saúde o nobre colega, Deputado Jofran Frejat, não se limitou à construção do Hospital do Paranoá. Foram ainda entregues à comunidade seis centros de saúde, quatro postos urbanos de saúde, uma inspetoria, um novo pronto-socorro, uma cozinha industrial, nova pediatria, banco de sangue, laboratório, UTI, maternidade totalmente reformada, uma unidade de reabilitação, entre outras tantas obras menores, mas, nem por isso, de menor importância para a sociedade.

Essas e diversas outras ações deram ao Distrito Federal destaque nacional. Temos hoje o menor índice de mortalidade infantil do País, com 14,4 por mil crianças nascidas vivas, contra a média do Brasil de 32,7 por mil. O Distrito Federal ostenta o menor índice de mortalidade infantil, o maior na área de assistência pré-natal e prevenção de câncer na mulher e a maior cobertura vacinal do Brasil.



Poderíamos citar outros índices, como, por exemplo, a liderança na cura de câncer infantil em mais de 70% dos casos, entre tantos outros.

Na área de educação, Sras. e Srs. Deputados, Brasília voltou a ser referência nacional. Criamos diversos programas e nenhum programa do Governo anterior deixou de ter continuidade. Pelo contrário, o Programa Bolsa-Escola foi ampliado, aperfeiçoado e valorizado. Não foi extinto, como dizem pessoas mal-intencionadas ou mal-informadas. Antes, atendia cerca de 40 mil crianças e, atualmente, com o nome de Renda Minha, atende mais de 72 mil crianças. Além do auxílio em dinheiro, previsto no Programa Bolsa-Escola, do Governo Federal, o Renda Minha oferece à criança material escolar, atendimento médico e odontológico e, principalmente, reforço escolar.

Com a Deputada Eurides Brito à frente da Secretaria de Educação, o GDF implantou outros programas importantes, tais como: Professor Nota 10, A Escola Bate à Sua Porta, Visitador Escolar, Quanto Mais Cedo, Melhor e tantos outros. Além disso, ampliou o horário escolar em mais de uma hora por dia, o que representa 20% de carga horária superior à dos demais Estados. Todas essas ações e programas valorizaram, não apenas o ensino, mas também os professores, categoria que teve, nos últimos três anos, ganhos salariais com a retomada do pagamento do auxílio-alimentação, suspenso no Governo do PT. No último acordo salarial, todos os servidores da Secretaria de Educação — professores ou não — receberam reajuste de 10%.

As conquistas na área educacional não ficaram restritas aos programas de melhorias salariais. Graças ao espírito empreendedor do Governador Roriz, em menos de três anos e meio de Governo, foram construídas 363 novas salas de aulas



no Distrito Federal. Construimos, nesse mesmo período, 16 novas escolas, ampliamos 14, reformamos 22 e reconstruimos outras 5. E, pasmem, ainda tentam nos acusar de não investir em obras sociais.

Todas essas ações acabaram repercutindo de forma positiva na qualidade de vida do brasiliense. Com certeza, elas tiveram influência na decisão do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, que considerou Brasília a melhor cidade do Brasil para uma criança nascer e crescer.

Ainda na área dos programas sociais, devemos ressaltar a importância do Pró-Família, criado no início do Governo Roriz, que está atendendo a cerca de 130 mil famílias, beneficiando aproximadamente 500 mil pessoas — um número que significa 25% da população do Distrito Federal. O Pró-Família está distribuindo, mensalmente, 130 mil cestas de alimentos, 2,2 milhões de litros de leite e 4,5 milhões de pães vitaminados.

Nossos adversários costumam considerar essas ações paliativas e demagógicas. Paliativas, realmente, elas são. Isso porque têm o objetivo de apenas evitar que as pessoas passem fome enquanto não encontram um posto de trabalho ou enquanto não conseguem sair da condição de subempregados para a de empregados em uma função digna e justa.

No entanto, só a consideram uma ação demagógica enquanto ela está sendo executada por um governo não-petista. Tanto é assim que o programa de governo do pré-candidato Luiz Inácio Lula da Silva prevê a implantação do projeto Fome Zero, que estabelece distribuição de cupons de alimentos para família carentes.

A principal diferença é que estamos zerando a fome, no Distrito Federal, na prática e não apenas em planos de governo. A questão é que o PT, no âmbito



nacional, coloca em seu programa de governo uma ação que o partido, no Distrito Federal, não teve capacidade, nem mesmo disposição, para executar em quatro anos de uma administração que se dizia democrática e popular.

Na área da geração de empregos, dos incentivos à produção local e ao escoamento e exportação de produtos do Distrito Federal, diversas ações foram tomadas de forma coordenada e integrada. Criamos, em 1999, o Pró-Rural, concedendo incentivos a dezesseis segmentos do setor agrícola e, posteriormente, financiamento às atividades de micro e pequenos produtores rurais. Com isso, os postos de trabalhos passaram de 26.629, em 1998, para 35.317, no ano passado.

Para facilitar o escoamento da produção crescente do Distrito Federal neste Governo foram executados cerca de 70 quilômetros de asfalto somente em rodovias da zona rural. Atualmente, a título de exemplo, apenas a avicultura do DF movimenta 100 milhões de reais e garante 14 mil empregos. Essas rodovias pavimentadas, com certeza, estão ajudando no escoamento mais seguro e mais econômico desses produtos, gerando renda e empregos.

Na área urbana, criamos o Pró-DF, um programa que facilita a aquisição de lotes para instalação de empresas, em áreas de desenvolvimento econômico, que recebem encascalhamento de ruas e a implantação de redes de energia e água potável, numa primeira etapa; asfalto, drenagem e redes de esgoto, num segundo momento.

A adesão dos empresários ao Pró-DF tem sido surpreendente. Mais de 3.700 projetos já foram aprovados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, centenas de empresas já se instalaram e já estão produzindo nessas áreas recentemente criadas. A previsão é a de que esses empreendimentos mobilizem



investimentos da ordem de 780 milhões de reais e gerem 72 mil empregos diretos nas linhas de produção das empresas.

Dados divulgados pelo Ministério das Relações Exteriores indicam que 16 empresas do Distrito Federal estão exportando para 26 países. Só no primeiro trimestre deste ano as empresas locais faturaram 6,6 milhões de dólares com exportação, o que representa aumento de 58% em relação a todo o ano de 2001.

Nos últimos anos, em todo o mundo, tem-se debatido bastante sobre o meio ambiente e sua importância para a humanidade, mas muito pouco tem sido feito além de discursos.

Quando assumimos o Governo, em janeiro de 1999, encontramos, por exemplo, o Parque da Cidade, um patrimônio de todo o povo do Distrito Federal, completamente degradado, sucateado e abandonado. Fizemos ali uma ampla reforma que recebeu aplausos de todos os setores da sociedade. Hoje, o parque é um lugar agradável, seguro e que passou a ter frequência, nos fins de semana, de até 160 mil pessoas contra uma frequência de cerca de 60 mil pessoas antes da reforma.

Ao mesmo tempo, tiramos do papel e implantamos definitivamente os Parques Olhos D'Água, Ermida Dom Bosco, Paranoá e Águas Claras. Estamos também realizando obras no Parque Canjerana e Copaíba e outros dezoito estão sendo cercados com alambrados metálicos, conforme determinação do Governador Roriz. Em outras palavras, estamos tornando realidade um projeto que há poucos anos só existia no texto da lei.

Uma outra grande obra, do ponto de vista ambiental, está sendo levada adiante na região entre o Aeroporto de Brasília e o braço sul do Lago Paranoá. Uma



extensa galeria vem sendo construída para canalizar as águas das chuvas, que estavam assoreando o Lago naquele local, obra que exige volume muito grande de recursos, não salta aos olhos da população, mas tem imensurável significado sob a ótica ambiental.

O PT não fez obra alguma para melhorar o trânsito de Brasília, que estava se tornando um caos. A frota do Distrito Federal ganha 40 mil novos carros a cada ano. O Governador Roriz determinou o alargamento de pistas e pontes, a execução de terceiras faixas, duplicação das principais avenidas, construção de passarelas e de passagens subterrâneas para pedestres.

Dentro do programa Trânsito Inteligente mereceu destaque a construção de 23 viadutos em pontos estratégicos, onde engarrafamentos e acidentes com vítimas fatais eram constantes. Ao mesmo tempo, o Governador autorizou o início da construção da terceira ponte do Lago Sul, que vai receber o nome de Ponte JK, projeto belíssimo aprovado em concurso público no Governo passado, mas que o PT não teve coragem nem competência para tirá-lo da prancheta.

Atualmente a obra se encontra em estágio adiantado de construção, com todos os tabuleiros da ponte em seus locais definitivos e ligando as duas margens do Lago Paranoá. Uma obra que é um grande desafio do ponto de vista da engenharia construtiva e que, por isso mesmo, já recebeu visitas de engenheiros, arquitetos e estudantes de todos os Estados brasileiros e de diversos países.

Para incentivar o turismo local, o Governador Roriz autorizou o início das obras de ampliação e reforma do Centro de Convenções, que receberá investimentos da ordem de 40 milhões de reais, com aumento da sua área total em quase quatro vezes. O novo Centro de Convenções terá capacidade para 7.127



lugares. Só o Auditório Master terá capacidade para 4 mil lugares. O público e os expositores terão à sua disposição mais oito auditórios menores e outros dois auditórios intermediários, quatro camarins coletivos, quatro banheiros e três balcões de recepção com 215 lugares, uma obra gigantesca que vai preservar o projeto arquitetônico de Sérgio Bernardes.

Recentemente, o Governador Roriz, com a presença do arquiteto Oscar Niemeyer, determinou o início do processo de licitação para a construção da Biblioteca e do Museu Nacional no Complexo Cultural da República. Desta forma, foi dado um importante passo para a conclusão da Brasília Monumental, dentro da concepção arquitetônica de Niemeyer.

Diversas ações foram realizadas na área de segurança pública. O PT aumentou o efetivo policial em apenas algumas centenas de pessoas. O Governo Roriz colocou mais de 5 mil homens nas ruas, reequipou as polícias e dobrou o número de viaturas. Uma ampla reforma criou mais 240 vagas no Complexo Penitenciário da Papuda, com celas divididas em quatro áreas independentes. Diversos programas, como o Esporte à Meia-Noite e o Oficina de Costura Industrial da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso passaram a ser referências para todo o País.

Enfim, Sr. Presidente, foram diversas ações, realizações, obras e programas que mudaram radicalmente a vida do Distrito Federal em pouco mais de três anos. Poderíamos citar inúmeras outras entre as 1.033 obras que foram concluídas e entregues à população nesse período, mas seria exaustivo e desnecessário.

O importante é que levamos adiante um programa de governo inteligente, planejado e que não pára de render frutos para o Distrito Federal. Preferimos as



ações às palavras. E essa sempre foi uma marca do Governador Roriz em todas as três vezes em que esteve à frente do Executivo local.

Nossos adversários, ao contrário, preferem o discurso fácil, a demagogia barata e a propagação de denúncias e escândalos infundados, para que produzam manchetes e possam, no período eleitoral, ser utilizadas como campanha.

A população não se ilude mais por essas ações típicas de período eleitoral. Mesmo entusiasmado pelos jogos da Copa do Mundo, o torcedor e eleitor brasileiro conhece o Distrito Federal, seus problemas, suas dificuldades e as soluções que foram encontradas e executadas nos últimos anos. Ele sabe muito bem distinguir uma administração da outra, até porque não existe dificuldade alguma em realizar essa tarefa.

Daqui para a frente, nós estaremos torcendo por uma boa campanha da seleção brasileira nos campos da Coréia do Sul e do Japão e trabalhando diariamente para que a população do Distrito Federal não seja ludibriada pelo discurso demagógico que certamente marcará a campanha eleitoral dos adversários de Roriz este ano.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Nobre Deputado Tadeu Filippelli, convido V.Exa. para presidir esta sessão, uma vez que sou o próximo orador inscrito no Grande Expediente.

O Sr. Salatiel Carvalho, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tadeu Filippelli, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Tadeu Filippelli) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Salatiel Carvalho, do PMDB, de Pernambuco.

O SR. SALATIEL CARVALHO (PMDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Tadeu Filippelli, digno representante do Distrito Federal, ao iniciar meu pronunciamento parabenizo V.Exa. por trazer, não só à comunidade brasiliense, mas a todo o Brasil, um relato de sua gestão na Secretaria de Infra-Estrutura e Obras do Governo do Distrito Federal.

Este Parlamentar, amigo de V.Exa. e do Governador Roriz, acompanhou de perto o trabalho de V.Exa. e constatou que não é preciso ser especialista em desenvolvimento nem conhecer a fundo os princípios norteadores da administração estratégica para concluir que o Governador Roriz, em mais uma administração, tem deixado a marca registrada de sua ação.

O trabalho do Governador do Distrito Federal tem trazido benefícios para os brasilienses e também para nós, forasteiros, que aqui estamos cumprindo nossa missão e vemos Brasília cheia de marcas das obras executadas pelo atual Governo.

V.Exa. tão bem exerceu, até voltar a esta Casa, o cargo de Secretário de Infra-Estrutura e Obras, que, sem dúvida alguma, se sente orgulhoso de apresentar este relatório e mostrar os resultados do trabalho do Governo que secretariou. Ressalto que V.Exa. fez isso sem se utilizar de falácias ou meros discursos, mas com o apoio de números citados, mostrando a quantidade de pontes, viadutos e novas avenidas construídas, além do trabalho social, feito de maneira velada, o que demonstra a preocupação social que tem o Governo Roriz, do qual V.Exa., com muito brilhantismo, fez parte.



Congratulo-me com V.Exa. e com o Governo de Joaquim Roriz, crendo que o povo de Brasília, sem dúvida, saberá reconhecer todo o trabalho que tem feito nosso ilustre amigo Governador.

Caro Deputado Tadeu Filippelli, o tema que abordarei a partir de agora é um dos que mais preocupam a sociedade brasileira hoje: a sucessão dos Governos Estaduais e Distrital e, principalmente, da República.

Temos observado que este Congresso está praticamente parado. Nos últimos noventa dias tem atuado num ritmo um pouco lento, enquanto a Nação assiste, dia após dia, aos embates desta campanha sucessória. Já deveríamos ter votado a CPMF — o Presidente Aécio Neves, a duras penas, conseguiu realizar a votação dessa matéria na Câmara —, que se encontra hoje no Senado, pendente de acertos políticos, deixando esta Casa e a Nação em compasso de espera, num clima angustiante para todos nós, que aqui estamos para ajudar o País.

Passarei a ler e comentar algumas capas de revistas das duas últimas semanas. Iniciarei lendo o que está na capa da revista de circulação nacional **ISTOÉ** da semana retrasada. Ela mostra os quatro presidenciáveis: Luiz Inácio Lula da Silva, José Serra, Anthony Garotinho e Ciro Gomes. Fazendo um trocadilho, utiliza uma sigla bastante conhecida de todos nós: TPE — Tensão Pré-Eleitoral.

Pouquíssimos dos quase 200 milhões de brasileiros têm acesso a uma revista como esta. Quase 110 milhões de eleitores escolherão o novo Presidente da República — porque o atual não pode mais ser candidato à presidência —, novos Governadores, dois terços do Senado Federal e a totalidade dos Deputados Federais.



Lerei apenas a capa, porque ainda preciso mostrar outras. O que é tensão pré-eleitoral? Diz a revista:

“A cinco meses das eleições, o nervosismo toma conta do País. A economia não mostra o desempenho de anos anteriores, a bolsa cai, o dólar sobe e o risco Brasil vai às nuvens...”

Isso é verdade, nobre Deputado Tadeu Filippelli. V.Exa, quando vai às suas bases, percebe a perplexidade do povo. Nunca, meu caro Presidente, o Risco Brasil subiu a patamares tão elevados.

Segue-se um dado importante:

*“Pesquisa exclusiva **IstoÉ** Toledo & Associados revela que 54% dos eleitores ainda não sabem em quem votar, e dos que sabem quase 40% preferem Lula...”*

Ainda bem, Sr. Presidente.

Atribuem a Pelé a afirmação de que brasileiro não sabe votar. Ora, não existe povo mais inteligente na face da Terra para saber votar do que o brasileiro. Por quê? Com toda essa confusão, uma pesquisa da semana retrasada nos mostra que 54% do povo ainda não escolheu seu candidato. Ou seja, os quatro nomes que citei: Lula, Serra, Garotinho e Ciro não estão agradando simplesmente a 54% do eleitorado. Isso corresponde à maioria.

Diz ainda a capa da revista, referindo-se ao Senador José Serra — não é nenhuma motoserra:

“Serra, mesmo depois de ver Roseana Sarney fora do páreo, não consegue empolgar e está no meio de uma



artilharia de denúncias envolvendo seu antigo caixa de campanha...”

Sr. Presidente, tal fato é da maior gravidade.

A matéria afirma ainda que Ciro Gomes e Anthony Garotinho disputam o terceiro lugar nas pesquisas de intenção de voto.

Não desejo aqui fazer propaganda da revista **Veja**, mas qualquer brasileiro que queira ficar bem informado precisa comprar suas edições semanais. E a capa dessa revista, que foi distribuída ontem e ainda se encontra nas bancas, mostra exatamente que a curva de crescimento do candidato Lula nas pesquisas é acompanhada por aquela que representa o Risco Brasil.

É fácil explicar ao povo brasileiro o que significa o Risco Brasil. No mundo globalizado, os grandes investidores e capitalistas internacionais estão sempre à procura de bons abrigos para seus recursos. Milionários da Europa, do Japão, dos Estados Unidos ou de quaisquer outros países fazem questão de aplicar seu dinheiro em locais que lhes proporcionem tranquilidade em termos de investimentos. Ora, se a curva de crescimento de Luiz Inácio Lula da Silva se mostra acompanhada por aquela do Risco Brasil, isso significa que investidores estrangeiros não acreditam que o País, sob eventual Governo do PT, seja capaz de manter a estabilidade necessária à garantia de seus investimentos.

V.Exa. sabe muito bem disso; V.Exa. é um homem esclarecido. Temos aqui amostra muito clara de que, na medida em que o candidato do PT cresce, aumenta também a intranquilidade dos investidores internacionais.

E, aí, Sr. Presidente, ficamos realmente admirados de ver como o brasileiro é sábio ao escolher e, como reflete a pesquisa mencionada, a maioria está dizendo



que não acredita no Lula, no Serra, no Garotinho. Parece-me que, pela evolução das curvas, o Ciro é o único que está apresentando crescimento de intenção de votos.

Sr. Presidente, não estou inventando nada em meu pronunciamento; estou trazendo e mostrando ao Brasil o que está na imprensa. Li na pesquisa que a maioria do nosso povo ainda está indecisa, e espero estar falando, pelo menos, para esses que, assim como eu, mantêm-se indecisos.

Se alguém me perguntasse qual é meu candidato, diria que o cenário precisa mudar um pouco, aparecendo novo candidato para empolgar.

Este gráfico mostra que, no período de 13 de março a 13 de maio, ao longo de 60 dias, segundo pesquisa do instituto Vox Populi na revista **Veja**, a porcentagem das intenções de voto de Luiz Inácio Lula da Silva subiu de 32% para 42%. Aí, o Risco Brasil foi para 929 pontos, talvez o mais alto de toda história econômica do Brasil, exatamente nesse cenário de ascensão de Lula.

De 13 de março a 13 de maio, a porcentagem das intenções de voto ao candidato governista Senador José Serra foi de 24% para 17%, ou seja, o Governo vai mal e seu candidato vai muito mal também.

Muitos acusam o Governador Anthony Garotinho de populista e interesseiro. Vamos ver se realmente isso é verdade. De 13 de março a 13 de maio, ele estava com 15% das intenções de voto e continua com 15%. Garotinho é acusado de populismo, mas pelo menos está estável, sua pontuação não caiu.

E quanto a Ciro Gomes, o único cujas intenções de voto cresceram, além do Lula, o percentual subiu de 11% para 12%, mostrando quase uma estabilização.

Então, Sr. Presidente, é mais do que cabível que, em vez de ficar paralisado também, este Congresso comece a discutir soluções e saídas para os problemas



nacionais. Desde que, há quase 90 dias, estourou o escândalo no Maranhão, em que dinheiro de origem duvidosa estava nas gavetas do escritório de empresa da ex-Governadora Roseana Sarney, só se discute dossiê podre, escândalos, mas não se discute o Brasil. Isso não é possível.

Há poucos dias, estava num balcão de companhia aérea e quando apresentei a minha carteira de Parlamentar, o cidadão do balcão me perguntou: *“Deputado, quando vocês vão começar a discutir o Brasil, os grandes eixos de desenvolvimento e o futuro deste País?”* O que se promove é escândalos e mais escândalos e trocas de dossiês.

Sr. Presidente, fez-se uma grave acusação de que a Polícia Federal brasileira estava envolvida ou, de certa forma, que seguia algum tipo de orientação para descobrir os dólares encontrados no escritório da Governadora Roseana Sarney. Apresentei ofício à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para que o Congresso Nacional realmente investigue tal denúncia, que partiu principalmente das Lideranças do PFL. A Nação, perplexa, não sabia a que assistia, já que a Governadora estava em situação melindrosa, difícil. Foram descobertos valores muito elevados no seu escritório e havia a acusação do Prefeito César Maia de que a ação teria contado com o respaldo da Polícia Federal.

Sr. Presidente, meu requerimento está tramitando na Comissão de Fiscalização, e eu espero que se investigue essa acusação, que é da maior gravidade.

O Brasil não tem ouvido falar de outra coisa. Neste final de semana, a revista **ISTOÉ** trouxe reportagem de capa denunciando outro escândalo, que envolve o nosso colega Deputado Federal Henrique Eduardo Alves, do PMDB do Rio Grande



do Norte, cuja fotografia está estampada na capa da revista. Traz a manchete na capa: “O vice de 15 milhões de dólares”.

O Congresso Nacional e a população brasileira aguardam até quinta-feira para saber quem será o objeto de escândalo desta vez.

A revista **CartaCapital** desta semana traz como capa a seguinte recomendação:

“Porque não votar em Garotinho.

Guilherme Freire contou seus dias como colaborador e intermediário de negócios do presidenciável, mas o candidato recorreu à Justiça para impedir a publicação deste capítulo de sua história”.

Sr. Presidente, isso é da maior gravidade. Se um candidato chega a ponto de ir à Justiça para impedir que a imprensa publique algo sobre sua vida pregressa é porque, certamente, tem algo a esconder. Quando um cidadão se apresenta à Nação brasileira como candidato, a primeira informação que queremos dele refere-se à sua vida, se tem credenciais para ser Presidente da República Federativa do Brasil. Se não tiver caráter ou vergonha, é melhor que jamais aspire a esse cargo. Estamos falando de algo sério.

A revista **Época** desta semana publicou o seguinte: *“Candidato-Promessa. Sem padrinho nem partido forte, Garotinho usa o programa de TV para mostrar sua arma eleitoral”.*

Sabem qual é essa arma? Não pensem que se trata de competência para dirigir o Brasil, seriedade, serenidade para acalmar o mercado externo, nada disso. Segundo a revista **Época**, a arma é o *“populismo vazio”*.



E para onde vamos, senhores? Essa disputa presidencial mais parece a corrida de alguns candidatos fugindo com medo da Polícia Federal.

Sr. Presidente, não posso finalizar meu discurso sem tratar das questões que envolvem meu partido, o PMDB, até porque o objeto do escândalo da semana é um companheiro nosso, o Deputado Henrique Eduardo Alves. Aproveito a oportunidade para pedir ao nobre Deputado que venha à tribuna desta Casa fazer o que seus companheiros de partido tanto desejam. Ninguém pode atacar ninguém impunemente, mas, se é verdade tudo o que a revista publicou, o Deputado Henrique Eduardo Alves deve sofrer as penalidades cabíveis. Se infringiu a lei, terá de responder por seus atos.

Sr. Presidente, apelo para Lideranças do meu partido, para o Presidente Michel Temer e os Líder Renan Calheiros e Geddel Vieira Lima, a fim de que não nos apressemos na indicação do vice. O prazo para a escolha do nome ainda nem se iniciou. As convenções começam em 6 de junho a vão até 30 de junho. Se houve um impasse com o Deputado Henrique Eduardo Alves, por que indicar, às pressas, esta semana outro nome? Ora, se o principal candidato da chapa PMDB/PSDB está sendo alvo de investigações, por que meu partido tem tanta pressa? Para que o açodamento?

Ontem, em entrevista, o Senador José Serra disse que é fato que seu ex-caixa de campanha está sendo investigado pela Polícia Federal. Lembrem-se do que aconteceu com a Governadora Roseana Sarney. A quantia era pequena, mas a origem daquele 1 milhão e 400 mil reais precisa ser esclarecida para a população.

Sr. Presidente, é bom que a Nação saiba que o Sr. Ricardo Sérgio foi, segundo várias informações, caixa das campanhas eleitorais do candidato José



Serra nos anos de 1992, 1994 e 1998. Quem sabe, se não tivesse estourado esse escândalo, o Sr. Ricardo Sérgio não continuaria sendo um homem de bem para o Sr. Serra e seu caixa nesta campanha?

Eu já disputei quatro mandatos, Sr. Presidente, e estou disputando o quinto. Posso dizer que o assessor da minha maior intimidade é aquele que cuida dos recursos da campanha, e ele faz tudo dentro da lei, legitimamente, sem negócios escusos feitos nos escombros da burocracia, como fez o Sr. Ricardo Sérgio.

O Senador Serra diz que ligá-lo ao Sr. Ricardo Sérgio é um factóide. Ora, isso é puro cinismo. Será que José Serra acha que o povo brasileiro não tem capacidade de discernir, não sabe interpretar os fatos?

Para mim, Sr. Presidente, estão sob investigação da Polícia Federal o Sr. Ricardo Sérgio e o Sr. Senador José Serra. Por que, então, a pressa do meu partido em indicar o vice de um homem que está sob suspeição? Se um dia a Polícia Federal vier a investigar o meu caixa de campanha, também eu me considerarei investigado. Não vejo nenhuma moral no Senador Serra para estabelecermos a Sra. Rita Camata como Vice-Presidente na sua chapa, ou seja lá que nome for. Todos os nossos companheiros são dignos.

Ainda não sabe em quem votar 54% do povo brasileiro. Ou seja, mais da metade do eleitorado acha que não existe um candidato confiável. Esse é um fator a ser considerado pelo PMDB.

Por que então o PMDB, esse megapartido que tem figuras como V.Exa. e o Governador Joaquim Roriz, tantos nomes históricos como Pedro Simon e Michel Temer, não se reúne agora num único objetivo, que deveria ser o fortalecimento da tese da candidatura própria? Essa atitude, sim, seria reconhecida pela opinião



pública brasileira. Essa, sim, seria uma saída digna, honrada e honesta para o PMDB. Não podemos nos submeter aos caprichos do Senador Serra, que está sob investigação da Polícia Federal. O que vai acontecer se, quebrados os sigilos bancários do Sr. Ricardo Sérgio e companhia, aparecerem os esqueletos que estão tentando esconder?

Quero fazer um apelo para o meu partido no sentido de que não apresente nenhum nome da nossa bancada nesta Casa ou no Senado para ser vice de um candidato que está **sub judice**, ou, mais grave ainda, sendo investigado pela Polícia Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Filippelli) – Parabênzo o Deputado Salatiel Carvalho pelo discurso proferido e agradeço-lhe as generosas palavras dirigidas à minha pessoa e ao Governador Joaquim Roriz, nosso companheiro de partido.

Devolvo a presidência dos trabalhos da sessão ao Deputado Salatiel Carvalho.

O Sr. Tadeu Filippelli, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Salatiel Carvalho, 2º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Clementino Coelho, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PDT/PPS.

O SR. CLEMENTINO COELHO (Bloco/PPS-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar este horário da Liderança para dirigir-me à ANATEL. Nesse final semana, observei no interior de Pernambuco uma questão calamitosa referente aos telefones públicos nas pequenas localidades, uma vergonha, prova cabal de que muitos dos contratos assinados na época da privatização não estão sendo cumpridos.

Quero pedir à ANATEL, aos interlocutores do setor de telefonia e, sobretudo, ao Governo que não flexibilizem nenhuma concessão tarifária, nenhum empréstimo-ponte, nenhuma salvaguarda enquanto a meta da universalização não for atendida satisfatoriamente nas localidades pequenas, de cem, trezentos, seiscientos habitantes.

Todos os distritos, todos os condados, todas as vilas deste País estão sem telefones. A requisição é feita à empresa, chama-se o diretor de relações institucionais para conversar, ele promete resolver o problema. Algumas Prefeituras fazem até parcerias para ressarcir algumas despesas e assim poder prover o uso universal do telefone, cláusula pétrea dos contratos de privatização. Mas nada muda.

No meu Município de Petrolina, fizemos uma série de requisições, há mais de um ano. Algumas foram atendidas, mas, se o telefone deu problema, não voltou ninguém para fazer a manutenção. Chegaram até a instalar só os orelhões, sem aparelho dentro. Sr. Presidente, estão fazendo pouco caso dos contratos. Se este



Governo tanto se orgulha de dizer que a privatização das telefônicas foi um avanço, mostrando números que impressionam qualquer um, tanto em quantidade de telefones públicos e privados instalados quanto em número de celulares, é preciso olhar a universalização das comunidades carentes e remotas. Não podemos, em pleno primeiro decênio do século XXI, privar aglomerações de cem, duzentos habitantes do acesso ao telefone, até por questão de utilidade pública, necessidade de primeiro grau.

Este é o apelo veemente que faço. Sei que agora estão fazendo pressão para se renegociar contratos, tarifas, empréstimos, como o conseguido pelo setor energético. Antes de se conceder qualquer benefício, que se obrigue as companhias a instalarem telefones e orelhões nessas comunidades.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Octávio, do PFL, do Distrito Federal.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, desejo cumprimentá-lo pelo pronunciamento feito há pouco, o qual mostrou com muita fidelidade o preocupante cenário político do País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a América do Sul passa por momento delicado. O continente costuma experimentar ciclos econômicos e políticos bem definidos.

Houve a época dos regimes militares. Antes, ocorreu o momento dos ditadores populistas. Agora, as democracias convivem com sistemas econômicos semelhantes, baseados em abertura do mercado interno e sujeição às normas do Fundo Monetário Internacional.

O chamado Consenso de Washington produziu o conjunto de conceitos que aponta no sentido da privatização de empresas estatais, da liberação do comércio e das competições interna e internacional. Ao lado disso, prosperaram as iniciativas que criaram o ambiente favorável à globalização. O capital procura o local onde consiga, com maior facilidade, gerar empregos e produzir riqueza.

A gigantesca e extremamente eficiente rede mundial de telecomunicações colocou o planeta ao alcance das mãos. É possível investir, à noite, na Bolsa de Tóquio e, pela manhã, na de Nova Iorque. O dinheiro corre de um continente para outro dentro de mensagens controladas por computadores. Trata-se de uma moeda virtual que, no entanto, faz e desfaz reputações. Coloca em jogo os destinos de um país e, às vezes, de uma região.



Esta é uma situação inteiramente nova, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que até agora constitui a marca registrada do terceiro milênio. Os países emergentes, antes chamados de subdesenvolvidos, assumiram suas respectivas responsabilidades e abriram as portas ao capital estrangeiro. Admitiram a concorrência internacional, venderam suas estatais e se prepararam para a segunda etapa dessa caminhada, que seria a melhoria da qualidade de vida e o aumento da renda nacional.

No entanto, o cenário atualmente existente na América do Sul aponta na direção contrária. O continente está convulsionado por profundas e inquietantes crises econômicas. A Venezuela viveu, em tempos recentes, um quase golpe de Estado. Seu Presidente, Hugo Chávez, chegou a ser destituído do cargo e a ele retornou dias depois. Mas a situação interna do país vizinho está longe de ser tranqüila.

A Colômbia vive uma guerra civil que perdura por algumas décadas. A intensidade do conflito piorou nos últimos anos. Há um clima de impasse. O governo não possui os meios de vencer a guerrilha nem os grupos de oposição conseguem se estabelecer de maneira definitiva. O Governo de Washington envia recursos e treina soldados com o objetivo de derrotar os rebeldes. Trata-se de uma situação inconclusa. É a guerra junto à fronteira brasileira.

Paraguai, Bolívia, Equador e Peru também experimentam situações graves. Os uruguaios foram às ruas bater panela em protesto contra o governo. E a Argentina, país que era elogiado pelos técnicos de todo o mundo por ter cumprido as metas do Fundo Monetário Internacional, está escorrendo pelo ralo da história. Enfrenta recessão de três anos, amarga desempregos sem precedentes, vive em



regime de feriado bancário desde o início deste ano e sofre completa exclusão do mercado internacional.

Ocorrem duas exceções nesse triste cenário sul-americano: o Chile, que se vinculou ao mercado norte-americano, e o Brasil, cuja economia é praticamente a metade de toda a riqueza gerada no continente.

Os chilenos construíram uma economia sólida, porém pequena. Os brasileiros convivem com alguns fundamentos hesitantes, mas com números de grande vulto. No meio do vendaval que assola a região, acontece uma nova e protecionista política externa dos Estados Unidos.

O governo do Presidente George W. Bush quase retorna aos anos 50, em matéria de preconceitos e idiossincrasias. Os atentados do dia 11 de setembro, que todos devemos condenar, ofereceram os motivos para que se iniciasse uma histeria antiestrangeiro. Os árabes são os que mais sofrem, mas não-americanos de forma geral são suspeitos de qualquer anormalidade. Até os vistos de turista tiveram sua duração reduzida.

Ao lado disso, o Governo de Washington está dando guarida a movimentos protecionistas. Taxou o aço brasileiro, para proteger a indústria norte-americana que, nesse segmento, é ineficiente e tecnologicamente defasada. Agora, acaba de admitir a concessão de subsídios agrícolas de grande porte. Reduz ao mínimo as chances de exportação de produtos brasileiros, como soja e suco de laranja. Ou seja, o Consenso de Washington não é praticado em Washington.

As fragilidades das economias sul-americanas ficam maiores, quando confrontadas com o protecionismo do norte. O forte vento desestabilizador fica ainda mais inquietante, quando a ele é adicionada uma pitada de política. O Brasil está



vivendo seu período eleitoral. Os 110 milhões de eleitores deste País vão escolher o sucessor do Presidente Fernando Henrique Cardoso. É a festa da democracia. Neste momento, surgem as agências classificatórias de risco e modificam para pior a posição do País. É a farra do especulador internacional.

Essas considerações, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vêm a propósito das oscilações de Bolsas, quedas e subidas da cotação do dólar e das angústias reveladas por um mercado artificialmente nervoso. As fragilidades da economia brasileira não são recentes nem originais. São conhecidas de todos os que acompanham o desempenho do País. Não há razão para pessimismo nem otimismo exagerado. Não há nada de novo sob o sol. Um candidato, em campanha pela quarta vez, está procurando o caminho da vitória. Só. Os outros três procuram meios e modos de suplantá-lo.

Creio, no entanto, que a situação da América do Sul e a do Brasil em particular contém ensinamentos importantes para o grupo que vai assumir o poder, seja ele qual for. As relações internacionais, na era da globalização e após o 11 de setembro, se tornaram extremamente tensas. A diplomacia é direta. Não há subterfúgios. Quando o Governo de Washington decide modificar o comando da agência internacional que cuida de armas químicas o faz de maneira direta. Patrocina a exoneração do diplomata brasileiro, não respeita mandato, tradição ou o direito internacional. Simplesmente atropela.

O protecionismo ocorre de maneira semelhante. Produtores apelam ao Congresso norte-americano, e o Presidente Bush concorda. As regras do livre comércio e da concorrência são ignoradas.



Poderia citar diversos exemplos de procedimentos semelhantes, cujas raízes estão no mundo desenvolvido. Os europeus possuem um belo discurso, mas insistem em conceder generosos subsídios agrícolas a seus produtores. O Governo japonês age da mesma maneira.

O sucessor do Presidente Fernando Henrique vai encontrar uma realidade dura e seguramente muito mais tensa. As grandes potências não negociam com os pequenos. Impõem suas regras. Em alguns casos sequer se dão ao trabalho de amenizar o discurso. Os caminhos para o desenvolvimento brasileiro não estão fechados. Apenas requerem maior criatividade do governante. O exemplo argentino é gritante. Deve ser percebido até por olhos menos sensíveis.

A Argentina era o país mais elogiado do continente. Seus economistas faziam sucesso no mundo. Domingo Cavallo, que está preso, prescrevia receitas sobre como recuperar países em desenvolvimento. Criticou os brasileiros em diversos encontros internacionais. A ele deve-se a mágica de fazer o peso equivaler ao dólar. O resultado da aventura é a desolação dos painéis de Buenos Aires e a certeza de que a solução naquele país virá em prazo muito longo. Há ainda longa crise política na rota da recuperação.

Quero dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que os caminhos a serem trilhados pelo Brasil serão abertos pelos brasileiros. O povo está acostumado ao trabalho, é criativo e não se deixa abater diante das adversidades. Mas as relações entre as nações estão mudando de qualidade.

A velocidade com que o dinheiro viaja pelo mundo, o inesperado surto protecionista das grandes potências e a ineficiência das medidas sugeridas pelo Fundo Monetário Internacional sugerem que estamos vivendo ritual de passagem. O



passado é apenas referência histórica que não fornece ferramentas para modificar o presente. E o futuro ainda não se desenhou por completo. As dúvidas são maiores do que as certezas.

Os momentos de crise favoreceram o Brasil. A 2ª Guerra Mundial abriu brecha para que o País iniciasse a industrialização. O cenário da Guerra Fria absorveu a atenção das grandes potências e deixou o espaço para que o Presidente Juscelino Kubitschek realizasse seus 50 anos em 5. Este é o grande desafio de quem suceder o Presidente Fernando Henrique: aproveitar a chance, originária da crise nas relações internacionais, e encontrar o caminho para o desenvolvimento.

Os estadistas se revelam em momentos tensos. Churchill e Roosevelt mostraram suas enormes competências em cenários de extrema dificuldade. Juscelino ultrapassou todas as barreiras. A nova e complexa situação internacional pode oferecer ao futuro Presidente da República a rara oportunidade para iniciar novo ciclo de desenvolvimento.

Sr. Presidente, estas são as reflexões que faço neste momento tenso e de dificuldades que vivemos em toda a América Latina.

Ao mesmo tempo, não posso deixar de apelar para esta Casa no sentido de que, o mais rápido possível, vote democraticamente o Plano de Cargos e Salários do Judiciário e do Ministério Público, há muito tempo à espera de deliberação.

Era o que tinha a dizer.



VI - PROPOSIÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) - Os Srs. Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SENHORES:



O SR. PRESIDENTE (Salatíel Carvalho) – Vai-se passar ao horário de

VII - COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Não há oradores inscritos.



O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Esta Presidência prorroga a sessão para que seja prestada homenagem à Universidade Estadual de Goiás — UEG pelo seu aniversário de fundação.

Está suspensa a sessão até as 17h.

(A sessão é suspensa.)



O SR. PRESIDENTE (Salatíel Carvalho) – Está reaberta a sessão.

Vai-se passar à

VIII – HOMENAGEM

O SR. PRESIDENTE (Salatíel Carvalho) – Esta homenagem à Universidade Estadual de Goiás, pelo seu 3º aniversário de fundação, foi requerida pelo nobre Deputado Aldo Arantes.

Convido para comporem a Mesa dos trabalhos: o Exmo. Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás (*palmas*); o Magnífico Sr. Reitor Dr. José Izecias de Oliveira, Reitor da Universidade Estadual de Goiás (*palmas*); o Exmo. Sr. Gilvani Felipe, Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás (*palmas*); a Exma. Sra. Denise Carvalho, representando o Presidente da Assembléia Legislativa de Goiás (*palmas*); o Exmo. Sr. Vereador Fábio Tokarski, representando o Presidente da Câmara Municipal de Goiânia, Capital do Estado de Goiás. (*Palmas.*)

Convido todos a ouvirem, de pé, o Hino Nacional.

(*É executado o Hino Nacional. Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Salatíel Carvalho) - Convido para fazer parte da Mesa, com honras especiais, o autor do requerimento que ensejou a realização desta homenagem, Deputado Aldo Arantes. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) - Neste momento, senhoras e senhores, assistiremos à exibição de vídeo institucional sobre a Universidade Estadual de Goiás.

(Exibição de vídeo.)



O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Prezados senhores, recebam nossas sinceras congratulações pela apresentação desse filme.

Registramos, com satisfação, a presença neste plenário do Dr. Horácio Melo e Cunha Santos, Diretor Técnico do DETRAN de Goiás; do Sr. Humberto Tannus Júnior, Secretário-Adjunto da Secretaria de Educação do Estado de Goiás; do Prof. Ramon Edreira Neves, Diretor da UEG de Ipameri; do Sr. Hedu Murale, Presidente da Federação Nacional de Médicos e Coordenador de Transportes de Goiás; da Profa. Raquel Teixeira, ex-Secretária de Educação de Goiás e membro do Conselho Nacional de Educação; e do Sr. Enéas Kanaïama, Presidente do DCE da Universidade Estadual de Goiás.

O Estado de Goiás exibe características muito singulares. Para os pretensamente cosmopolitas, os habitantes dos grandes centros, foi, durante muito tempo, uma fronteira a ser conhecida. Alguns brasileiros, por ignorarem a história do desbravamento, iniciada com as Bandeiras do século XVI, por padecerem do mal da exterioridade e com uma visão de conjunto bastante comprometida, tardaram não apenas em tomar conhecimento da imensa riqueza material encravada no cerrado, mas principalmente em compreender o enorme potencial humano existente neste que é um importantíssimo pedaço do Brasil. Cidades do interior — a esses olhos, pequenas, quando, na verdade, há muito já eram grandes — seriam donas de expressiva atividade política e economia forte, verdadeiras motrizes do desenvolvimento regional. É o caso de Anápolis, com seu povo voltado ao trabalho, com o gosto pelo desafio e pelo progresso.

Não espanta, assim, que ali se tenha erguido um símbolo da magnitude, hoje, do Estado de Goiás dentro da Federação brasileira. Valendo-se desse ritmo



desenvolvimentista e ao mesmo tempo contribuindo para aumentá-lo, está sediada em Anápolis a Universidade Estadual de Goiás.

Inaugurada em 1999, muito jovem, portanto, a UEG já é motivo de intenso orgulho para os da terra, seja pelos valores humanos que potencializa, seja pelas vocações que estimula, seja pelas atividades intelectuais que fomenta, seja ainda pela vida cultural que ajuda a nutrir, fazendo-o ao nível da tradição dos grandes centros.

Na verdade, a UEG não está adstrita à cidade de Anápolis; espalha-se por todo o Estado como universidade multicampi, numa concepção que, além de racional e moderna, transforma por completo a mentalidade da educação em Goiás. A UEG está presente em 38 Municípios e congrega 29 centros universitários

Com duas unidades em funcionamento — a Unidade de Ciências Exatas e Tecnológicas e a Unidade de Ciências Socioeconômicas e Humanas —, sucede a duas instituições de larga tradição, a saber: a Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis, carregando uma bagagem acadêmica de trinta anos, e a Universidade Estadual de Anápolis, com nove anos de existência. Assim instituída, já conta com 2.700 alunos, distribuídos em dezesseis cursos regulares, nove dos quais funcionando no novo campus. Inaugurado este ano, o prédio central conta com instalações em tudo adequadas à pesquisa e ao ensino modernos.

A Universidade Estadual de Goiás traz uma chancela. Por dever de justiça, vale lembrar aqui o nome do Governador Marconi Perillo, cujo empenho e descortino foram fundamentais, primeiramente para sua criação, em 16 de abril de 1999; depois, para a viabilização da obra, na qual foram investidos cerca de 5 milhões de reais.



A iniciativa assim concretizada reafirma os compromissos do Governo Estadual para com a educação. Vem comprovar a vontade firme de diminuir as diferenças regionais, de melhorar a qualidade de vida dos goianos e de promover o desenvolvimento, conquistas que só se sustentam pela ampliação das oportunidades individuais, assim como pelo alcance pleno da cidadania. E a proficiência do conhecimento representa o instrumento mais seguro para se obter isso.

Estão de parabéns, desse modo, o Exmo. Sr. Governador do Estado de Goiás, o Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Goiás, pró-Reitores, Diretores, demais dirigentes, alunos e funcionários. A todos, o júbilo desta Casa diante da semente que plantam para esta e para as futuras gerações. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Registro, com satisfação, a presença do Sr. Sávio Fernando, Presidente da União Estadual dos Estudantes de Goiás. Seja bem-vindo a esta sessão.



O SR. PRESIDENTE (Salatíel Carvalho) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aldo Arantes, autor da proposição.

O SR. ALDO ARANTES (Bloco/PCdoB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Deputado Salatíel Carvalho; Sr. Governador Marconi Perillo; Sr. Secretário de Ciência e Tecnologia, Gilvane Felipe, companheiro de muitas lutas; Sr. Fábio Tokarski, Vereador de Goiânia e representante da Câmara Municipal; Magnífico Reitor José Izecias de Oliveira, companheiro de velhas lutas; querida companheira Denise Carvalho, Deputada Estadual; quero cumprimentar todos os Diretores de Unidade, e percebo que há vários de inúmeras cidades do interior de Goiás; Dr. Humberto Tannus Júnior, representante da Secretaria de Educação do Estado de Goiás; Dr. Horácio Melo e Cunha Santos, Diretor-Técnico do DETRAN; Dr. Hedu Murale, Diretor da Central de Transplantes de Órgãos do Estado — é uma grande satisfação tê-lo aqui —; Prof^a Raquel Teixeira; Sr. Sávio Fernando; Sr. Enéas Kanaïama, Presidente do DCE da Universidade Estadual de Goiás, professores, estudantes, demais presentes, venho hoje a esta tribuna homenagear a Universidade Estadual de Goiás pelos seus três anos de fundação.

Criada através da Lei nº 13.456, de 1999, tem hoje, aproximadamente, 35 mil alunos em todo o Estado de Goiás, matriculados em mais de 30 modalidades de cursos de graduação ou pós-graduação, oferecidos pela instituição presente em 49 cidades goianas. Conta hoje com 98 cursos de graduação em 23 áreas de conhecimento, 14 cursos de especialização, 5 de mestrado, cursos seqüenciais, além de vários projetos de extensão desenvolvidos com a comunidade.

Alguns desses projetos, de tão importantes, merecem destaque. Um deles é Programa Universidade para os Trabalhadores da Educação, que, através do



Projeto Emergencial de Licenciatura Plena Parcelada, contempla alunos e professores das redes municipal, estadual e particular de ensino, sendo desenvolvido em parceria com 217 Prefeituras, a Secretaria Estadual de Educação e o Sindicato dos Professores.

Tal programa conta hoje com 15 mil alunos matriculados e vai cumprir exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de que até 2006 todos os alunos já deverão ter concluído curso superior.

Outro programa de grande importância para o nosso Estado é o Projeto Vaga-Lume de Alfabetização e Valorização Humana, que tem como objetivo alfabetizar jovens e adultos, dando-lhes condições de prosseguir nos estudos, integrando-os ao mercado de trabalho.

Sr. Presidente, o significado da criação da UEG como universidade pública e gratuita é maior, na medida em que sua fundação ocorreu em um momento em que a política do Governo brasileiro privilegia o crescimento da rede privada de ensino. Em todo o Brasil, no período de 1994 a 1998, o número de matrículas nos cursos de graduação da rede privada apresentou aumento de 60%, enquanto este aumento foi de apenas 22% nas universidades públicas. Isso tem causado um desequilíbrio cada vez maior entre o sistema público e o sistema privado no que se refere a estudantes de graduação.

Dados do Banco Mundial mostram que o Brasil se encontra entre aqueles países do mundo que possuem um dos mais elevados percentuais de estudantes em instituições privadas de ensino superior. Há um percentual de 62% de seus estudantes matriculados em instituições privadas, enquanto no Chile há 30%, nos



Estados Unidos, 22%, e, na Argentina, 18%. Vejam a gravidade do que está ocorrendo no Brasil!

Essa crescente privatização da educação superior brasileira não se dá por acaso. O Governo tem adotado as diretrizes do Banco Mundial no que diz respeito à educação superior. Tais diretrizes pregam a redução da responsabilidade do Estado na oferta e no volume de recursos públicos para a educação superior, aposta na competitividade do tipo mercantil como fator de produção, de qualidade e gestão de pessoal, baseada em critérios de eficiência e desempenho também à luz das leis de mercado.

Srs. Deputados, professores, estudantes, recentemente tomei conhecimento, por intermédio da Prof^a Milca Severino, Reitora da Universidade Federal de Goiás, de que existe uma diretriz da Organização Mundial do Comércio — OMC, no sentido de transformar as universidades em prestadoras de serviço. Isso equivale a dizer que a Organização Mundial do Comércio quer colocar a universidade no mesmo patamar de empresa ou comércio. Tal informação foi revelada em recente reunião da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — ANDIFES. Isso significa que desejam que haja uma liberalização dessa área para entrada do capital estrangeiro, o que pode acarretar uma submissão ainda maior do nosso ensino superior às leis de mercado.

A Organização Mundial do Comércio exige essa postura do comércio e da indústria, apesar de sabermos que os grandes países estabelecem normas, seguindo o ditado: *“Façam o que eu mando e não façam o que eu faço”*.

Estamos vendo isso no dia-a-dia: enquanto a Organização Mundial do Comércio e os Estados Unidos da América querem impor, através do Fundo



Monetário Internacional, a regra da liberalização comercial e industrial e da entrada de capitais, o Governo daquele país adotou, recentemente, medidas protecionistas, das quais tomamos conhecimento pela imprensa. Mais grave, porém, é o que pretendem fazer agora: impor essa regra para o funcionamento das universidades.

Tomei conhecimento dessa denúncia, como disse, por intermédio da Reitora da Universidade Federal de Goiás, Prof^a Milca Severino, que, numa reunião da ANDIFES, discutiu a gravidade desse fato para o ensino superior não só no Brasil, mas em toda a América Latina.

É evidente que não estamos aqui para pregar a extinção do ensino particular. Não é este o problema. Trata-se da defesa do ensino público, uma vez que consideramos que num Estado democrático ele tem papel fundamental. Primeiro, porque abre as portas para as camadas mais pobres da população, o que reflete sua importância no aspecto democrático. E o ensino público tem ainda outro aspecto de absoluta relevância: é nas instituições públicas que se desenvolve a pesquisa científica e tecnológica. Sabemos que 90% da pesquisa que se desenvolve no Brasil é feita nas instituições públicas. Por isso a defesa da universidade pública diz respeito ao presente e ao futuro da Pátria; é parte integrante da luta mais geral pela democratização e pela modernização da sociedade brasileira.

Sendo assim, Sr. Governador Marconi Perillo, a fundação da Universidade Estadual de Goiás ocorreu na contracorrente do neoliberalismo e foi um ato de coragem do Governo do Estado de Goiás e de todos os setores do nosso Estado que, historicamente, estão comprometidos com o ensino público gratuito e de qualidade.



Portanto, parablenizo o Governador Marconi Perillo por ter assumido a bandeira e a defesa de uma UEG pública e gratuita. A questão da gratuidade da UEG foi discutida, e o Governador foi sensível aos apelos da juventude, dos democratas, do companheiro Fábio, da Denise, do Gilvane, meus, da sociedade goiana e dos professores.

Tenho a honra também de dizer que os comunistas goianos tiveram importante papel na construção dessa universidade. Nesse sentido, destaco o papel da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia — SECTEC, à qual a UEG está jurisdicionada e tem como titular o Prof. Gilvane Felipe, membro do PCdoB e ex-Presidente da União Estadual dos Estudantes de Goiás — UEE.

Destaco ainda o papel da Deputada Estadual Denise Carvalho, que liderou o movimento estudantil na luta em defesa da UEG no processo de elaboração da LDB e nas lutas históricas da juventude goiana.

A UEG é também fruto da persistência e da luta da UEE, que, desde a década de 60, vem lutando em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, e, em particular, pela criação da Universidade Estadual de Goiás.

Destaco e reconheço também o papel do companheiro Fábio Tokarski, homem ligado à luta em defesa da educação, que jogou e continua jogando na defesa da UEG, fruto da luta da juventude goiana, da UEE.

A UEE se manteve presente em todos os momentos, desde a aprovação da LDB estadual, que possibilitou a criação da Universidade, até a aprovação de seus Estatutos e a organização do Diretório Central dos Estudantes — DCE.

Temos, pois, a honra de contar com a presença do Presidente da UEE, companheiro Sávio Fernandes, e do Presidente do DCE. Nesse período, a



companheira Denise, integrante e líder do movimento estudantil, foi Presidente da UEE.

Aliás, descobri que há vários ex-presidentes da UEE presentes a esta solenidade.

Na verdade, a UEE e o movimento estudantil de Goiás tiveram papel extremamente importante na criação dessa universidade, na organização de suas entidades estudantis, inclusive do seu DCE.

A UEG também tem sido sólido referencial de universidade democrática. Seu Estatuto e Regimento Geral foram escritos em Assembléia Estatuante constituída de delegados eleitos, com representantes dos funcionários, estudantes e professores na mesma proporcionalidade de representação, o que constitui fato inédito no Brasil. Em setembro de 2000, foi eleito seu atual Reitor, Prof. José Izecias de Oliveira, também ex-Presidente da UEE, com apoio de quase 80% da comunidade universitária.

O Prof. José Izecias chegou à Direção da universidade através de eleições diretas realizadas na universidade.

A criação da UEG democratizou o acesso ao ensino superior no Estado, proporcionando oportunidade a milhares de estudantes, particularmente aos residentes em diversas cidades do interior, os quais até então ficavam sem ter alternativa de cursos superiores.

A política de interiorização do ensino superior é importante, pois tira várias cidades do isolamento e proporciona democratização do conhecimento, contribuindo para diminuir as diferenças regionais. As unidades da UEG estão distribuídas em



todas as regiões do Estado, inclusive naquelas que não foram privilegiadas no governo passado, como é o caso do nordeste de Goiás e do Entorno de Brasília.

Passos importantes foram dados no processo de consolidação da UEG, como a inauguração da sede da instituição na cidade de Anápolis, onde está a coordenação estadual dessa universidade, o que exigiu investimento de cerca de 5 milhões de reais. São quase 12 mil metros quadrados de obra construída em área de 134 hectares.

Todos os esforços foram coroados no início deste ano com o credenciamento da Universidade Estadual de Goiás junto ao Conselho Estadual de Educação, o que representa a efetiva existência da instituição como universidade. Doravante, a UEG poderá emitir diplomas reconhecidos legalmente e ter cursos de pós-graduação **latu sensu** e **strictu sensu**, com vantagens para os profissionais formados pela instituição, os quais serão bem aceitos pelo mercado de trabalho.

O credenciamento só foi possível através do empenho direto do Governador e da Reitoria da Universidade, com destaque para o trabalho dos professores Maria do Carmo, Marcos Torres, Clélia Brandão Alvarenga, Marcos Elias, Vladimir Vinícius e toda a equipe da Secretaria Estadual da Ciência e Tecnologia, cujo trabalho coletivo possibilitou o tão esperado credenciamento.

Outras medidas, como o melhor aparelhamento com recursos materiais e pedagógicos, também se fazem necessárias, assim como a implantação do Plano de Carreiras, Cargos e Salários e o preenchimento do quadro de servidores através de concurso público.

No entanto, temos plena consciência de que muitos passos ainda precisam ser dados para tornar a UEG ainda mais forte e consolidada. Entre as necessidades



mais urgentes está a regulamentação de dotação orçamentária destinada à UEG, ficando a instituição com recursos garantidos.

Nesta oportunidade, não só eu, mas tenho certeza de que todos os Deputados Federais de Goiás se unem em prol desse objetivo.

Alguns Deputados não puderam comparecer a esta sessão solene, mas tenho certeza de que levaremos em frente a proposta de criar frente parlamentar suprapartidária em defesa da UEG. A Deputada Lúcia Vânia, o Deputado Ronaldo Caiado e outros Parlamentares que ainda chegarão sabem disso.

Na minha opinião, defender a UEG não é algo que cabe somente a mim, à Deputada Lúcia Vânia, ao Deputado Ronaldo Caiado, ao Deputado Vilmar Rocha ou ao Governador do Estado. Essa iniciativa transcende os diversos partidos políticos e os interesses particulares. Ela deve unir os esforços daqueles que lutam pela consolidação e pelo desenvolvimento do Estado de Goiás.

Reafirmo meu compromisso e o de meus colegas Deputados quanto à construção de uma frente parlamentar em defesa da UEG. Sabemos que a atual situação é de grandes dificuldades. Por isso, é necessária a união de forças na Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, que já possui frente parlamentar nesse sentido, e na Câmara de Vereadores. Precisamos da união de todos os goianos para que a UEG seja defendida.

A Universidade Estadual de Goiás é uma instituição genuinamente goiana, cujo símbolo é o ipê, árvore que floresce na seca. Assim como o ipê, o conhecimento também deve florescer em meio às adversidades, possibilitando ao povo goiano não apenas o acesso, mas sobretudo a produção de um conhecimento voltado para suas necessidades.



A consolidação da UEG representa mudança nos rumos da sociedade goiana e dá exemplo ao Brasil de que o ensino público e gratuito não é apenas mais um ônus para o Estado, como apregoa a política neoliberal, mas, sim, a possibilidade da formação de um Estado e de um Brasil soberano e democrático.

Ao finalizar, cumprimento todos os presentes. É motivo de grande satisfação receber neste plenário o Governador do Estado, estudantes, professores e diretores de unidade da UEG. A presença dessas pessoas demonstra que o Estado de Goiás está unido em torno de determinado objetivo e acima de quaisquer interesses políticos, qual seja, a consolidação da Universidade Estadual de Goiás — UEG.

Parabéns ao povo, aos estudantes goianos e a todos aqueles que lutaram pela criação da UEG como universidade pública gratuita e de qualidade! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Congratulações ao Deputado Aldo Arantes pelo brilhantismo de seu pronunciamento e pela iniciativa de convocar esta homenagem à Universidade Estadual de Goiás.



O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) - Registro, com satisfação, a presença do Prof. Marcos Elias Moreira, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação.



O SR. PRESIDENTE (Salatiel Carvalho) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ronaldo Caiado, pelo PFL.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados; nobre Deputado Aldo Arantes, a quem parabeno por haver solicitado esta sessão solene em homenagem à UEG; Governador Marconi Perillo, que abrilhanta este evento; Reitor José Izeccias; Sr. Gilvani Felipe, Secretário de Ciência e Tecnologia do Governo de Goiás; Deputada Estadual Denise Carvalho, representante da Assembléia Legislativa; Sr. Vereador Fábio Tokarski, representante da Câmara de Vereadores; Deputada Lúcia Vânia; Sr. Presidente do DCE da Universidade Estadual de Goiás; Profa. Raquel; professores; docentes e alunos da Universidade Estadual de Goiás, um país estará tão mais próximo de ingressar no rol dos países desenvolvidos, na economia, na ciência e em qualidade de vida, quanto mais sólida e desenvolvida for sua estrutura educacional, quanto menos analfabetos e pseudo-alfabetizados apresentar, diminuindo o fosso da exclusão, e quanto mais pessoas puderem ter acesso ao ensino superior e à atualização constante de sua capacidade técnico-científica.

Nunca nos esqueçamos de que o mundo moderno assenta suas bases e sua excelência cada vez mais na liberdade de pesquisa e de crítica, na incansável busca de mais conhecimento, de permeio à limitação da autoridade do Estado, e na autonomia das universidades. Além disso, cumpre salientar o papel especial que as universidades ostentam no mundo moderno, onde seu papel, paralelamente ao de propiciar ensino e técnica, é muito mais de educar e forjar cidadania. A universidade destina-se, mais que tudo, a formar dirigentes de uma sociedade. Não necessariamente e apenas os seus representantes políticos — Ministros,



Deputados, Senadores, ocupantes e agentes diretos do poder político —, mas os que, no dia-a-dia, lideram a comunidade, zelam por sua harmonia e prosperidade, fazem-se atento às suas necessidades e a fazem escolher, conforme sua capacidade de liderança, bons ou maus governantes. Quanto mais universidades existirem e quanto mais existirem universidades públicas, permitindo o livre acesso de todos os segmentos sociais, melhor esse desiderato histórico poderá ser cumprido.

É nesse contexto que venho a esta tribuna saudar o terceiro aniversário de criação da Universidade Estadual de Goiás, criada pela Lei Estadual nº 13.456, de 16 de abril de 1999, pelo Governador Marconi Perillo, que, ao cumprir um compromisso de campanha, transformou o sonho dos goianos em realidade e tornou vitoriosa a luta da minha cidade, Anápolis, por sediar a Universidade Estadual de Goiás.

A construção desse campus custou mais de 5 milhões de reais e, em seu curto período de existência, já demonstrou, mais que suficientemente, o acerto da idéia de sua criação e deixou entrever os benefícios que já propicia à comunidade goiana. A grande e revolucionária idéia que a UEG representa é o incalculável benefício representado pela regionalização do ensino universitário, estribado na perspectiva de que a clientela universitária possa ser atingida, tanto quanto possível, na sua cidade ou região, recebendo o tipo de ensino técnico-científico que melhor se ajuste à sua realidade regional e garantindo-lhe maior especialização e maior capacitação.

Hoje, a Universidade Estadual de Goiás agrega unidades universitárias que antes eram faculdades isoladas, não só em termos da legislação mas também



devido à sua localização, e se encontravam fora de sintonia com o processo de avanço da educação em todo o Estado e no País. Reunidas, e agora unidas num só projeto, as antigas e as novas unidades universitárias fazem parte do esforço governamental pela interiorização da educação superior. A existência da UEG cria, em favor dos estudantes residentes no interior de Goiás, possibilidade de acesso ao ensino superior em suas próprias cidades, alavanca a economia local e promove a integração social das comunidades e suas respectivas regiões, pela oferta de oportunidades de crescimento pessoal e profissional, bem como contribui com o desenvolvimento das potencialidades regionais, que se tornam meta da própria universidade.

Com apenas três anos de criação, a UEG está presente em trinta Municípios de Goiás, com trinta unidades universitárias, em Anápolis e em outros Municípios, com pólos do Programa Universidade para os Trabalhadores da Educação.

Atende a mais de 34 mil alunos, como 94 cursos de graduação em 23 modalidades. Oferece nove cursos de especialização — em andamento, mais 20 novas especializações, iniciadas em abril de 2002 — e mantém cinco cursos de mestrado, além de oferecer o Projeto Emergencial de Licenciatura Plena Parcelada, municipal, estadual e particular. Oferece ainda cursos seqüenciais — Gestão Pública, Ciências Imobiliárias e Radiologia. Executa, paralelamente, além disso, o Projeto Vaga-Lume de Alfabetização e Valorização Humana, que se propõe a beneficiar 133 mil alunos, jovens e adultos, em 175 Municípios do Estado.

Atualmente, a Universidade Estadual de Goiás oferece os seguintes cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Biologia, Química, Engenharia Civil, Geografia, História, Letras, Pedagogia, Sistema de



Informática — bacharelado, licenciatura em Informática, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Agrícola, Farmácia, Licenciatura em Matemática, Química Industrial, Administração em Hotelaria e Turismo, Educação Física, Fisioterapia, Administração em Agronegócios, Zootecnia e Agronomia.

Esses cursos estão distribuídos em 29 Municípios goianos: Anápolis, Caldas Novas, Campos Belos, Ceres, Crixás, Formosa, Goianésia, Goiânia, Inhumas, Ipameri, Goiás, Iporá, Itaberaí, Itapuranga, Itumbiara, Jaraguá, Jussara, Luziânia, Minaçu, Morrinhos, Pires do Rio, Porangatu, Posse, Quirinópolis, Sanclerlândia, Santa Helena de Goiás, São Luiz de Montes Belos, São Miguel do Araguaia e Uruaçu.

Sr. Presidente, importante se torna enfatizar que essas cidades representam pólos regionais de aglutinação, e a instalação desses cursos obedeceu fundamentalmente à vocação socioeconômica de cada uma dessas regiões. Quando da verificação das potencialidades de cada região, alguns cursos foram criados para atender à demanda gerada pelas condições socioeconômicas dos Municípios onde estão instalados.

Posso dar como exemplo os cursos de Administração em Hotelaria e Turismo, instalado em Caldas Novas, cidade de maior potencial turístico do Estado de Goiás; de Farmácia, em Anápolis, a fim de atender às indústrias farmacêuticas instaladas no distrito agroindustrial ali existente, que integra o pólo farmoquímico do Estado; e ainda o curso de Administração em Agronegócios, em Santa Helena de Goiás, região de grande produção de alimentos **in natura** e industrializados, que irradia sua influência em todo o sudoeste goiano.



Para que hoje possamos comemorar todos esses avanços e vitórias obtidos pela Universidade Estadual de Goiás temos de reconhecer o trabalho competente e democrático do seu Reitor, Prof. José Izecias, e a dedicação de cerca de 1.500 professores, 600 servidores e acadêmicos na construção da nossa Universidade Estadual de Goiás.

Recentemente, a UEG deu um novo e vigoroso passo para sua consolidação. Em janeiro último, o Conselho Estadual de Educação aprovou o pedido de credenciamento da Universidade Estadual, ocorrendo o ato oficial de assinatura do credenciamento no último dia 28 de fevereiro. A partir de agora, a instituição passa a ter ampla autonomia para buscar investimentos, criar novos cursos e diretrizes e cancelar seus próprios diplomas. Esse ato representa, em verdade, o coroamento da maioria da UEG e o atestado mais claro de quão meritória tem sido a sua implantação.

Desejo ressaltar, com base nesses dados, que a UEG, pelos princípios que nortearam sua concepção e criação, transformou-se em exemplo de participação democrática e construção coletiva na educação superior em Goiás e na Região Centro-Oeste. São avanços significativos, sintonizados com uma das grandes metas da humanidade: minimizar as diferenças sociais ao valorizar o ensino público gratuito e de qualidade.

Todos temos ciência da dificuldade que hoje tem um cidadão de classe média — e mais ainda, das classes mais pobres — para pagar uma faculdade. Naquela época, V.Exa. e todos nós que lá estávamos tínhamos consciência de que o Estado não poderia atender, com a Universidade Estadual, a todos os jovens. V.Exa. teve, então, a sensibilidade, com o apoio da bancada e das lideranças que o levaram ao



Governo, de criar a Bolsa-Universitária, para dar oportunidade a milhares de jovens que não teriam como continuar pagando as mensalidades, interrompendo, assim, seus sonhos. É algo hoje copiado por todos os Estados e iniciado com muita honra no Governo de V.Exa.

Em nome do Partido da Frente Liberal e pela bancada de Deputados do Estado de Goiás, quero dizer, alto e bom som — afirmado pelo Deputado Aldo Arantes —, que tenho certeza de que todos nós, Parlamentares desta Casa, ofereceremos nosso apoio à Universidade Estadual de Goiás, seja na necessidade da vinculação de verba (não é nada simpático aos comandantes do Executivo), seja na busca de dotações orçamentárias, para sustentação do ensino universitário gratuito em nosso Estado de Goiás, capaz de qualificar nossos jovens para disputar o mercado de trabalho. Hoje, 23 milhões de jovens brasileiros disputam no mercado de trabalho, não só com a integração do MERCOSUL, mas futuramente também com a universalização de toda nossa mão-de-obra.

Finalizo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, transmitindo à UEG, na pessoa de seu Reitor, Prof. José Izecias de Oliveira, nossos cumprimentos pela data de hoje e nossos sinceros votos de que a instituição se afirme cada vez mais no panorama universitário do País e continue a representar um marco de ciência e de cidadania no Centro-Oeste.

Era o que tinha a dizer. *(Palmas.)*



Durante o discurso do Sr. Ronaldo Caiado, o Sr. Salatiel Carvalho, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aldo Arantes, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Aldo Arantes) – Convido a nobre Deputada Lúcia Vânia, representante do PSDB, para fazer uso da palavra. (*Palmas.*)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de cumprimentá-lo pela oportunidade da homenagem que V.Exa. ora presta ao Estado de Goiás, mais especificamente aos alunos e ao povo do nosso Estado de Goiás. Parabéns pela iniciativa, parabéns, principalmente, por convocar todos nós para que possamos fazer essa frente ampla em defesa daquilo que é mais caro, daquilo que é mais bonito do Governo Marconi Perillo, que é a Universidade Estadual de Goiás.

Permita-se, Sr. Governador, cumprimentá-lo como representante de uma geração comprometida com o ensino público e gratuito no nosso Estado. Geração que teve a companhia da ilustre Deputada Denise Carvalho, hoje abrilhantando esta solenidade. Sem dúvida nenhuma, V.Exa. e a Deputada Denise Carvalho representam uma geração no Estado de Goiás. Aos dois, portanto, nossos cumprimentos pela luta, persistência, determinação e pelo carinho com que criaram e labutaram por essa universidade.

Cumprimento o Sr. Gilvani Felipe, também representante de uma geração que muito lutou, mesmo nas horas de muitas dificuldades no Governo. Quando todos pensávamos ser impossível manter a universidade gratuita, o Sr. Gilvani Felipe, com sua juventude, arrojo e determinação, alinhou-se a todos que poderiam chegar ao Governador, para dar força e dizer que a criatividade era mais forte do que o apelo financeiro daquele momento. Sou testemunha, Sr. Gilvani Felipe, da sua luta. Sei que muito dessa luta para manter a universidade pública e gratuita de Goiás se deve ao seu trabalho.



Cumprimento com muito carinho o Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Goiás, Prof. José Izecias de Oliveira, figura simples como a nossa universidade, mas determinado, forte. Traz consigo a força daqueles que sabem sobreviver no cerrado, traz consigo a determinação e, principalmente, a criatividade para tornar um sonho realidade.

Parabéns, Prof. José Izecias de Oliveira, Magnífico Reitor.

Cumprimento o Vereador Fábio Tokarski, também orgulho goiano. Determinado, agressivo, combativo, que faz o contraditório, fazendo com que todos nós sejamos mais ágeis e mais acessíveis às transformações mais ligeiras. Parabéns.

Cumprimento os representantes da UNE e da OEE.

Quero, em nome dessa juventude que se faz representar através desses dois organismos, dizer que, se nada fosse feito no Governo Marconi Perillo, essa talvez fosse a obra que justificasse o próprio Governo, e justifica, principalmente, uma geração.

Cumprimento o companheiro Ronaldo Caiado que falou acerca da nossa trajetória de luta, nossa determinação, nosso apoio e vontade, quase silenciosa, de torcer e de estar ao lado do Governador nos momentos mais difíceis de seu Governo.

Cumprimento a Profa. Raquel Teixeira, orgulho da educação em Goiás.

Parabéns, Professora, pelo seu trabalho, luta, determinação e carinho em favor da educação.

Hoje, podemos dizer ao Brasil que a educação em Goiás é exemplo para todo o País, e isso se deve muito ao esforço da Profa. Raquel Teixeira que hoje tem ao



seu lado, substituindo-a com a mesma competência, o Prof. Humberto Tannus que muito nos honra com sua presença.

Cumprimento os presidentes de unidades, que também são, sem dúvida alguma, mensageiros desse sonho. Como o Prof. Izecias, são aqueles que agüentam a dificuldade local, mas acreditam no sonho e ajudam a tocar aquilo que tantos acreditavam impossível.

Em meu nome e em nome do PSDB, quero assinalar a importância da realização desta sessão solene para que se prestem as justas homenagens ao aniversário da fundação da Universidade Estadual de Goiás, criada pela Lei nº 13.456, de abril de 1999.

Cumprimento o Governador Marconi Perillo pela iniciativa, o Deputado Aldo Arantes, autor do requerimento, e o Reitor José Izecias de Oliveira, responsável pelo crescimento da UEG.

Ao saudar a Reitoria, diretores, docentes, demais servidores e os estudantes, o PSDB pretende render a merecida homenagem a todos os que, de algum modo, têm o nome associado à história da Universidade Estadual de Goiás, já surpreendentemente pródiga de realizações e conquistas, graças à visão moderna, ao trabalho competente e ao esforço conjunto em favor da valorização do ensino em geral.

O ensino e a democracia entrelaçam-se e completam-se, criando via de mão dupla que deve gerar os fluxos para a construção da cidadania, para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de uma nação e para a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos. Afinal, educar pessoas é também torná-las



mais aptas a assimilarem mudanças, mais autônomas em suas escolhas, enfim, seres que respeitem as diferenças e superem a segmentação social.

Senhoras e senhores, após a estabilização econômica, o maior desafio do Governo tem sido avançar na universalização e na melhoria da qualidade da educação, condições essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e integrada.

Como resultado desse esforço, comemoramos o progresso da universalização do acesso ao ensino fundamental, com programas como Toda Criança na Escola e Renda Mínima; a redução do analfabetismo, que, em 1991, era de 20,1% e, em 2000, de 12,3%; a ascensão educacional das mulheres, que, à exceção do ensino fundamental, já representam maioria das matrículas em todos os níveis.

Em relação ao ensino superior, os resultados do Censo 2000 representam outra importante contribuição na construção de indicadores e referenciais de qualidade.

Os dados revelam, em relação à expansão do sistema, que em 1999 e 2000 houve um crescimento de 7,6% no número de instituições de educação superior, de 19,2% no número de cursos de graduação e de 13,7% no total de matrículas.

Afora esse aumento, quero destacar tendência registrada pelo censo, que muito nos interessa: o crescimento do percentual da matrícula em ensino superior foi mais intenso nas regiões Norte, 21,9%, e Centro-Oeste, 20,3%.

Os dados desse censo mostram que o número de matrículas no interior cresceu mais fortemente — 16,1% — do que nas Capitais — 11%. Dessa forma, hoje, 53,6% dos nossos alunos freqüentam cursos de graduação. Ou seja, o ensino



superior entrou em processo de interiorização, invertendo a posição que prevalecia até 1990, quando a maioria dos alunos concentrava-se nas Capitais.

Para construir esse cenário, vemos como foi acertada a decisão de criar a Universidade Estadual de Goiás, com a soma da experiência de 30 anos da FACE — Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis, e da UNIANA — Universidade Estadual de Anápolis, com 9 anos.

Além de resolver problema que se arrastava há anos, a integração das faculdades isoladas, mantidas sob coordenação, contribui para mudar a realidade dos jovens do interior do Estado, dando-lhes oportunidade de se capacitarem para ingressar no mercado de trabalho.

Seu primeiro vestibular, como exemplo, foi o maior realizado em Goiás, envolvendo 25 mil candidatos, quantidade superior ao registrado no vestibular da Universidade Federal de Goiás no mesmo ano.

A decisão de levar a universidade para o interior trouxe benéfica influência para os 49 Municípios, em que estão situadas faculdades isoladas que integram a UEG. Afinal, permitindo o acesso de milhares de pessoas à formação superior, a UEG, sem restringir seu trabalho aos cursos universitários convencionais de graduação e pós-graduação, oferece muito mais à comunidade, e concorre ampla e efetivamente para o progresso do Estado, da Região Centro-Oeste e do País.

Assim, na oportunidade, além de enaltecer a efetiva contribuição proporcionada em termos de valorização do ensino no Brasil, importa, sobretudo, notar o valor estratégico da educação como fator de desenvolvimento.

Merecem menção, entre numerosas iniciativas bem-sucedidas, o programa Universidade para os Trabalhadores e o Projeto Emergencial de Licenciatura Plena



Parcelada, que visam à ampliação e ao aperfeiçoamento dos conhecimentos dos professores de ensinos fundamental e médio; e o Projeto Vaga-Lume, que tem o objetivo de alfabetizar adultos e jovens maiores de 15 anos em dois anos.

Junto ao tributo de respeito, reafirmo ainda o compromisso de apoio à UEG e o desejo de contínuo êxito em sua trajetória, com a manutenção das qualidades e condições que lhe asseguram o conceito elevado e o espaço reservado junto às principais instituições nacionais de ensino superior.

A decisão de criar a UEG foi, sem dúvida, uma demonstração do espírito arrojado e da sensibilidade do Governador Marconi Perillo, a cuja gestão se deve a inauguração da nova sede do campus, reconhecida como uma das maiores obras do Governo Estadual.

Embora recente a criação da Universidade, esse dado tem sido, com efeito, largamente compensado pelo ritmo intenso de crescimento e pela dimensão já alcançada pela instituição, considerando a excelência dos professores, a qualidade comprovada e o número dos cursos oferecidos, as modernas instalações e todo o conjunto de recursos disponíveis colocados a serviço da nobre tarefa de formar profissionais altamente capacitados.

Essa constitui uma realidade identificada, portanto, como um justo motivo de orgulho para a direção, os professores e alunos da UEG e também para o Estado de Goiás.

Parabéns, em especial, à diretoria e aos professores da UEG, que demonstram estar atentos às novas e crescentes exigências da relevante missão de ensinar.



Ao encerrar meu pronunciamento, quero reforçar as palavras do Deputado Ronaldo Caiado, cumprimentando mais uma vez o Governador Marconi Perillo pela criação da Bolsa-Universitária. Sem dúvida, esse programa veio tirar a aflição de centenas de pais de família que sonhavam ver seus filhos se formando em curso superior, mas viam-se impossibilitados de mantê-los nas universidades pagas.

Sr. Governador, V.Exa. merece de toda a sua geração e especialmente da nossa, um pouco mais velha, muito respeito e admiração pelo esforço que tem feito em prol da educação no Estado de Goiás.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Aldo Arantes) – Vejo que esta sessão cumpriu suas finalidades: em primeiro lugar, a de prestar homenagem à Universidade Estadual de Goiás, nas pessoas dos estudantes, dos professores, dos Secretários, da Sra. Deputada Lúcia Vânia e, principalmente, do Sr. Governador do Estado.

Em segundo, levar ao conhecimento de todo o Brasil, por meio da transmissão desta sessão pela **TV Câmara**, dessa importante experiência realizada em Goiás. Conhece-se pouco do nosso Estado, no entanto, cada vez mais nós, goianos, dele nos orgulhamos.



IX - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Aldo Arantes) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que amanhã, terça-feira, dia 21 de maio, às 10 horas, haverá sessão solene em homenagem ao Dia Mundial da Comunicação Social e ao Dia Nacional das Rádios Comunitárias.



O SR. PRESIDENTE (Aldo Arantes) – Encerro a sessão, designando para amanhã, terça-feira, dia 21 de maio, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 107.4.51.O
Data: 20/05/02

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: Miranda/Gilza

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 38 minutos.)